



MUNICÍPIO DE CUBA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 70

(Quadriénio Autárquico 2021/2025)

14-06-2024

Aos catorze dias do mês de Junho de dois mil e vinte e quatro, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, João Manuel Casaca Português, realizou-se a septuagésima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Filipe Domingos Candeias Chora, Jorge Manuel Rolim Caixeiro, Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano e Hugo Miguel das Dores Soudo. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Divisão de Ambiente, Ordenamento, Desenvolvimento e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação.-----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico).

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 13 DE JUNHO DE 2024: € 759 913,21 .

1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2023. ---

Foi presente à Câmara a Informação da Chefe da DAFC, Dr.ª Carmen Estrela, cujo teor se transcreve: -----

Fundamentação: De acordo com o enumerado na Lei nº75/2013, de 12 Setembro e na Lei nº73 /2013 de 3 de Setembro

Enquadramento Legal:

- Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do nº1 do artº 35º da Lei nº75/13, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve o presente pedido e respetiva informação serem remetidos à reunião ordinária da Câmara Municipal que terá lugar no próximo dia 14 de Junho de 2024, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:

1º- Propõe-se que a Câmara delibere aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2023, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro;

2º- Por outro lado, e em caso de aprovação pela Câmara, remeter o referido documento para apreciação e votação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) conforme determina a alínea ccc) do nº1 do referido artigo 33.º e a alínea l) do n.º2 do art.º 25.º da mesma lei;

3º A apreciação e votação dos documentos pelo órgão deliberativo terá que ser efetuada durante o mês de Junho, de acordo com o enumerado no nº2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS, deliberou:

1º- Aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2023, ao abrigo das competências que lhe são cometidas pela alínea i) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/13, de 12 de Setembro;

2º- Remeter o referido documento para apreciação e votação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal) conforme determina a alínea ccc) do nº1 do referido artigo 33.º e a alínea l) do n.º2 do art.º 25.º da mesma lei;

3º-Tomar conhecimento de que a apreciação e votação dos documentos pelo órgão deliberativo terá que ser efetuada durante o mês de Junho, de acordo com o enumerado no nº2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. -----

2. CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 5G (CLDS 5G). ELABORAÇÃO DE PLANO DE AÇÃO DE PROJETO ENQUADRADO NO PROGRAMA CLDS 5G E SUBMISSÃO DE CANDIDATURA, NO ÂMBITO DO AVISO PESSOAS-2024-12. RECOMENDAÇÃO AO CLAS PARA ELABORAÇÃO DE PARECER RELATIVO AO PLANO DE AÇÃO DO PROJETO CLDS 5G. NÚCLEO LOCAL DE GARANTIA PARA A INFÂNCIA. RECOMENDAÇÃO AO CLAS PARA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO LOCAL DA GARANTIA PARA A INFÂNCIA DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: -
"1. Contratos Locais de Desenvolvimento Social 5G (CLDS 5G):

Com a publicação do Aviso PESSOAS-2024-12 encontra-se aberto, até ao próximo dia 5 de julho, período de candidatura no âmbito do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS 5G).

Dando cumprimento à deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária do dia 20 de março do corrente, onde manifesta interesse no desenvolvimento de um Projeto CLDS 5G no território de Cuba e se constitui como Entidade Coordenadora Local da Parceria, deverá ser desenvolvido o Plano de Ação do Projeto e submetida a candidatura nos moldes previstos no Aviso citado, após parecer emitido pelo Conselho Local de Ação Social de Cuba.

2. Núcleo Local de Garantia para a Infância:

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 3/2023 determina a criação do Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022 -2030 (PAGPI 2022 -2030) que *cria um quadro integrado de políticas públicas com o objetivo de lutar contra a exclusão social das crianças e dos jovens*. Esta resolução pressupõe a nível local, a criação, em articulação com o coordenador nacional da Garantia para a Infância do Núcleo Local da Garantia para a Infância (NLGPI) no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social, em cada município (Ponto 9 da RCM), que, pelo seu maior conhecimento da realidade do território, se constitua enquanto instrumento que garanta a aplicabilidade local das políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social e à sua prevenção.

Os NLGPI são estruturas representativas, cujo principal objetivo é a implementação a nível local do Plano de Ação da Garantia para a Infância, estando especialmente dirigidos às problemáticas e necessidades das crianças, jovens e suas famílias, que se encontram em situação de pobreza e de exclusão social.

A implementação de um modelo de intervenção local, a dinamizar no âmbito do NLGPI, pressupõe o cumprimento dos seguintes pressupostos, previstos na RCM citada:

- 1) *A existência do diagnóstico do qual deve constar a caracterização do fenómeno de pobreza infantil no território e das problemáticas identificadas, no âmbito da garantia de acesso aos serviços essenciais mencionados na RCM;*
- 2) *O plano de desenvolvimento social, contemplando um eixo estratégico de prevenção e intervenção no âmbito do fenómeno da pobreza infantil.*

Determina ainda a RCM 3/2023 que a constituição do NLGPI deve ser realizada em sede do plenário do CLAS e a sua composição deve integrar os parceiros com intervenção nas matérias de acolhimento de primeira infância, educação, saúde, alimentação, habitação, promoção da inclusão e da integração social, dos direitos das crianças e jovens, da não discriminação e da promoção da igualdade.

Sendo a criação do Núcleo Local da Garantia para a Infância condição para o acesso a instrumentos de financiamento de projetos locais de combate à pobreza infantil, de inclusão e de desenvolvimento social (Ponto 10 RCM), deverá o NLGPI de Cuba estar constituído aquando da submissão da candidatura no âmbito do CLDS 5G.

De acordo com o Guia de Implementação e Acompanhamento dos Núcleos Locais da Garantia para a Infância, os NLGPI, a constituir em sede do plenário do respetivo CLAS, têm enquadramento no artigo 26.º, alínea c) do Dec-Lei 115/2006, no qual refere que *este órgão tem competências para criar grupos de trabalho temáticos*, situação que está prevista no caso específico do CLAS de Cuba (CLASC), no Art.º 8º, n.º 2, alínea c), mais especificamente:

2 – Compete ao Plenário, do CLASC desenvolver as competências estatuídas no artigo 26º do Decreto-Lei 115/2006: (...)

c) Criar grupos de trabalhos temáticos, sempre que considerados necessários para o tratamento de assuntos específicos;

A formalização do NLGPI deverá ser efetuada mediante Protocolo de Parceria para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo da Garantia para a Infância, a estabelecer entre o CLAS de Cuba, representado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal (Art. 24.º do Decreto-Lei 115/2006) ou por quem tiver competências delegadas nesta matéria e a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º Determinar aos serviços competentes que procedam ao desenvolvimento do Plano de Ação do Projeto a candidatar no âmbito do Programa CLDS 5G, e à sua consequente submissão, dando cumprimento à deliberação da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária do dia 20 de março do corrente, onde manifesta interesse no desenvolvimento de um Projeto CLDS 5G no território de Cuba e se constitui como Entidade Coordenadora Local da Parceria.

2.º Determinar que o CLAS dê parecer, na sua próxima reunião, ao Plano de Ação do Projeto a candidatar no âmbito do Programa CLDS 5G, de acordo com o previsto no n.º 6 do Art.º 15.º da Portaria n.º 428/2023 de 12 de dezembro.

3.º Recomendar ao CLAS de Cuba, que na sua próxima reunião, proceda à constituição do Núcleo Local da Garantia para a Infância de Cuba (NLGPI), conforme previsto na RCM 3/2023;

3.1 Recomendar que, com base nas entidades que integram o CLAS, o NLGPI de Cuba tenha a seguinte composição, sem prejuízo de poderem participar neste Núcleo, outras instituições e individualidades, de acordo com as temáticas específicas a dinamizar:

- a) Representantes da CMCuba;
- b) Representante do Agrupamento de Escolas de Cuba;
- c) Representante do Centro Infantil da Santa Casa da Misericórdia de Cuba;
- d) Representante da Escola Profissional de Cuba;
- e) Representante do Centro de Saúde de Cuba;
- f) Representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Concelho de Cuba;
- g) Representante da Make it Better, Associação para a Inovação e Economia Social;
- h) Representante do Instituto da Segurança Social, IP;
- i) Representante da CPCJ de Cuba;
- j) Representantes de todos os Projetos, dinamizados no concelho, que tenham objetivos relacionados com a prevenção e combate à pobreza e exclusão social infantil;

3.2 - Determinar que a constituição do NLGPI seja formalizada mediante protocolo a estabelecer entre o CLAS de Cuba, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que é por inerência também o Presidente do CLAS e a Sra. Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância, de acordo com a minuta presente no Guia de Implementação e Acompanhamento dos Núcleos Locais da Garantia para a Infância, que se anexa.

PROTOCOLO DE PARCERIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO

NÚCLEO DA GARANTIA PARA A INFÂNCIA DE CUBA

Para a concretização dos objetivos da Recomendação (UE) 2021/2014, do Conselho, de 14 de junho, de 2021, relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância, bem

como para uma aplicação eficaz e uma implementação, bem sucedida, das medidas do Plano Nacional da Garantia para a Infância 2022-2033 é essencial assegurar a efetivação de uma intervenção social integrada, com base numa atuação local e de proximidade aos fenómenos de pobreza e exclusão social, tendo em conta as necessidades específicas das crianças e dos jovens, e respetivas famílias, por forma a garantir uma adequada identificação e mobilização de recursos e intervenções para resolução dos problemas detetados.

Neste enquadramento e com estes desideratos, a Rede Social revela-se a estrutura mais adequada e eficaz, ao impulsionar, através dos seus órgãos, um trabalho de parceria alargada que incide na planificação estratégica da intervenção social local, envolvendo os diferentes atores sociais, de naturezas e áreas de intervenção diversas, com o objetivo de contribuir para a erradicação da pobreza e da exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social a nível local.

Assim, torna-se fundamental a criação, no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social, de Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI) especificamente dirigidos às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, e suas famílias, promovendo e facilitando, ao mesmo passo, que através da otimização dos recursos existentes, do impulso de sinergias se verifique um quadro de efetiva cooperação e aplicação conexa de políticas nacionais e locais, especialmente atentas às particularidades específicas de cada território e às necessidades próprias das suas populações.

Assim, a criação do NLGPI de Cuba é reconhecida pelos parceiros da Rede Social como uma mais-valia ao constituir uma estrutura especialmente dedicada a responder eficazmente às vulnerabilidades das crianças e dos jovens, e das suas famílias através de uma abordagem integrada e multidisciplinar, simultaneamente promotora da coesão e do desenvolvimento social e potenciadora de uma efetiva integração social.

Nestes termos, e porque o NLGPI congrega os parceiros locais com competências de intervenção em matéria de acolhimento de primeira infância, educação e atividades em contexto escolar, saúde, alimentação saudável, habitação, inclusão e integração social, promoção dos direitos das crianças e jovens, não discriminação e promoção da igualdade, importa firmar compromissos que, no contexto amplo da concretização do PAGPI 2022-2030 e da implementação e acompanhamento dos NLGPI, permitam e agilizem uma intervenção objetiva e direcionada ao combate à pobreza nas crianças e nos jovens, ao mesmo tempo que garantem uma estreita articulação, com interlocução e reporte, com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância no âmbito do acompanhamento e monitorização nacional da aplicação da Recomendação Europeia da Garantia para a Infância. Assim, no âmbito da Rede Social, constituída através do Decreto-Lei n.º

115/2006, de 14 de junho, na sua redação atual, e no quadro da concretização do Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030,

Entre:

O Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Cuba, representado no presente ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João Manuel Casaca Português, na qualidade de presidente do CLAS, adiante designado Primeiro Parceiro, e;

A Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, representada no presente ato pela Dra. Sónia Almeida, na qualidade de Coordenadora Nacional, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2021, de 1 de outubro, adiante designada Segundo Parceiro,

É celebrado o presente protocolo que se rege pelos seguintes compromissos:

Compromisso 1.º

Objeto

1 – Os parceiros definem, pelo presente protocolo, os termos da implementação e acompanhamento do Núcleo da Garantia para a Infância do concelho de Cuba (NLGPI), criado em reunião plenária, de ____ de ____, do respetivo do Conselho Local de Ação Social de Cuba (CLAS).

2 – O presente protocolo estabelece, ainda, as competências e ações específicas a desenvolver pelos NLGPI para a prevenção e combate à pobreza e à exclusão social das crianças e dos jovens, e suas famílias, no âmbito da implementação do Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 (PAGPI 2022-2030).

Compromisso 2.º






Princípios Orientadores

A execução do presente protocolo rege-se pelos princípios consignados no Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho, na sua redação atual, pelas principais recomendações constantes da Recomendação (UE) 2021/1004, do Conselho, de 14 de junho, relativa à criação da Garantia Europeia para a Infância e pelos princípios orientadores do PAGPI 2022-2030.

Compromisso 3.º

Compromissos dos Parceiros

1 – Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, no âmbito da execução do presente protocolo, os Parceiros comprometem-se a:

- 
- 
- 
- 
- 
- a) Colaborar entre si na implementação e acompanhamento da atividade dos NLGPI;
 - b) Colaborar entre si na prossecução das medidas e ações dirigidas à prevenção e ao combate à pobreza infantil e à exclusão social, no âmbito do PAGPI 2022-2030;
 - c) Comunicar e articular entre si a informação e os dados considerados pertinentes para monitorização e avaliação da implementação do PAGPI 2022-2030 no âmbito de intervenção do NLGPI.

2 – O Primeiro Parceiro compromete-se, ainda, a que o NLGPI, além de adotar a metodologia de planeamento, intervenção e acompanhamento integrados, com base no modelo da Rede Social: a) Garanta uma abordagem diagnóstica do fenómeno da pobreza infantil e da exclusão social que contemple as áreas setoriais responsáveis pelos serviços essenciais respeitantes a cuidados de primeira infância, educação e atividades em contexto escolar, saúde, alimentação saudável e habitação adequada, bem como um planeamento para prossecução dos objetivos do PAGPI 2022-2030; b) Assegure uma intervenção e acompanhamento de proximidade, integrados e multidimensionais, a realizar junto das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, e suas famílias, para que os problemas identificados sejam eliminados e as suas causas ou origens extintas ou reduzidas; c) Promova uma intervenção favorecedora da igualdade de acesso efetivo, ou efetivo e gratuito, a serviços essenciais respeitantes a cuidados de primeira infância, educação e atividades em contexto escolar, saúde, alimentação saudável e habitação adequada, com vista à prossecução dos objetivos do PAGPI 2022-2030; d) Adote um quadro comum de indicadores de monitorização e avaliação que permita à Coordenação Nacional da Garantia para a Infância acompanhar a implementação do PAGPI 2022-2030, os progressos realizados e o reporte da aplicação nacional da Recomendação relativa à Garantia Europeia para a Infância às instâncias europeias competentes; e) Indique um técnico responsável, preferencialmente o coordenador técnico da Rede Social, para efetuar a articulação com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância; f) Faculte a informação referente às suas atividades que lhe sejam solicitadas pela Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, por forma a permitir a constante monitorização do PAGPI 2022-2030 ao nível local; g) Promova e facilite a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens, e suas famílias, nas suas atividades.

3 – O Segundo Parceiro assume, ainda, os seguintes compromissos:

- a) Garantir as ações necessárias para assegurar a promoção e divulgação do PAGPI 2022-2030 ao nível local;
- b) Assegurar o acompanhamento da implementação do PAGPI 2022-2030 ao nível local;
- c) Ministrando formação aos técnicos das entidades que integram o NLGPI.

Compromisso 4.º

NLGPI

Considerando o disposto nos artigos anteriores e o quadro geral do PAGPI 2022-2030, ao NLGPI cabe especificamente proceder:

- a) À realização do diagnóstico social, do qual conste a caracterização do fenómeno de pobreza infantil, assim como as problemáticas identificadas ao nível do acesso efetivo, ou afetivo e gratuito, à educação e acolhimento na primeira infância, à educação e a atividades em contexto escolar, a, pelo menos, uma refeição saudável por dia letivo, a cuidados de saúde, a uma alimentação saudável e a uma habitação adequada;
- b) À integração, no plano de desenvolvimento social, de um eixo estratégico dedicado à prevenção e intervenção no âmbito da pobreza infantil, onde se definam estratégias para melhoria das respostas às problemáticas existentes e implementação de respostas em falta;
- c) À adoção do modelo de intervenção integrada e participada, preconizado pelo PAGPI 2022-2030, realizando as adaptações correspondentes em função das dinâmicas existentes no território;
- d) À implementação de um sistema de recolha e partilha de informação que permita a existência de um diagnóstico social atualizado e contribua para a monitorização do Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030.

Compromisso 5.º

Atividades específicas do NLGPI

Sem prejuízo das atribuições e competências próprias dos Parceiros no presente protocolo, cabe ao NLGPI desenvolver, designadamente, as seguintes ações:

- a) Ao nível do diagnóstico e planeamento:
 - i) Elaborar e/ou atualizar o diagnóstico local relativamente à pobreza infantil e à exclusão social, enquanto base de planificação da respetiva atividade e contributo para o diagnóstico da Rede Social;
 - ii) Identificar e mobilizar os recursos necessários à resolução dos problemas detetados, facilitando a conjugação de esforços e a rentabilização de recursos;
 - iii) Planificar as iniciativas e as atividades no âmbito da Rede Social;

iv) Garantir a articulação e a coerência das respetivas iniciativas e atividades com as políticas nacionais e/ou europeias em matéria de pobreza infantil e exclusão social, considerando, necessariamente, uma intervenção local, integrada e participada;

v) Identificar necessidades de formação e proceder à respetiva programação;

vi) Participar na formação promovida pela Coordenação Nacional da Garantia para a Infância;

vii) Elaborar os relatórios de atividades anuais.

b) Ao nível da intervenção e acompanhamento:

i) Participar, sempre que se revele necessário, em reuniões para análise de situações concretas, de acordo com os diagnósticos e necessidades apresentadas, cumprindo a legislação aplicável à proteção de dados pessoais;

ii) Promover a comunicação e articulação entre as entidades públicas, privadas e do setor social, visando a articulação e a rentabilização de recursos e uma atuação atempada, integrada e adequada;

iii) Garantir o acompanhamento das crianças e dos jovens em situação de vulnerabilidade social, particularmente os que se encontram abrangidos pela prestação da Garantia para a Infância, e suas famílias;

v) Promover ações de informação e sensibilização da comunidade para as questões da pobreza infantil e da exclusão social;

vi) Desenvolver iniciativas que favoreçam o acesso, crianças e dos jovens à informação e conhecimento sobre os seus direitos, e promovam o associativismo, a participação e a intervenção cívica das crianças, dos jovens e das suas famílias;

iv) Monitorizar e avaliar as iniciativas e ações desenvolvidas pelo NLGPI.

c) Ao nível da monitorização e avaliação: Contribuir para a monitorização e avaliação do PAGPI 2022-2030, por forma a permitir apresentar à Comissão Europeia, de dois em dois anos o relatório sobre os progressos realizados na aplicação da Recomendação relativa à criação de uma Garantia Europeia para a Infância, nomeadamente através do sítio na internet da Coordenação Nacional da Garantia para a Infância.

Compromisso 6.º

Vigência

O presente protocolo entra em vigor no dia da sua assinatura e a sua duração coincide com o período de vigência do PAGPI 2022-2030, sem prejuízo de poder ser objeto de revisão ou alteração mediante acordo entre os Parceiros.

____, de _____ de ____.

O Primeiro Parceiro

Dr. João Manuel Casaca Português

Presidente da Câmara Municipal de Cuba

(na qualidade de Presidente do Conselho Local de Ação Social de Cuba)

O Segundo Parceiro

Dra. Sónia Almeida

Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância

3. CONCLUSÃO DA REVISÃO DO PDM. CRONOLOGIA PROPOSTA. -----

Foi presente à Câmara a Informação do Chefe da DAODS, Dr. Vitor Fialho, apresentando a proposta de cronologia programada para conclusão da revisão do PDM até 31 de dezembro de 2024, por forma a dar cumprimento ao disposto no art.º 199.º n.º 2 do RJGT.

A Câmara tomou conhecimento da cronologia proposta, por forma a dar cumprimento ao disposto no art.º 199.º n.º 2 do RJGT, e por unanimidade, deliberou remeter certidão para o Presidente da CCDRALentejo, após o assunto ser remetido também para conhecimento à Assembleia Municipal de Cuba, na sua sessão de 20 de junho de 2024.

4. PROCEDIMENTO CONCURSAL DO ARRENDAMENTO DO BAR DO JARDIM DOS COMBATENTES. RELATÓRIO FINAL. ADJUDICAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara o Relatório final Concurso Público para Cessão da Exploração do Estabelecimento de Bebidas “Bar do Jardim dos Combatentes” em Cuba:

RELATÓRIO FINAL

(Art.º 126.º e Seguintes do CPA)

Pelas dezassete horas e quinze minutos do dia onze do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, reuniu o Júri designado para o concurso supra identificado, constituído por Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da Divisão AODS, que presidiu, coadjuvado por Carmen das Dores Silva Arrojado Estrela, Chefe de Divisão AFC e Lino Manuel Pólvora Costa,

Técnico Superior, a fim de proceder à apreciação e análise das alegações apresentadas por parte dos concorrentes em sede do direito de audiência dos interessados, conforme notificações anexas (vide doc. n.º 1).-----

A comissão de análise começou por constatar que, até à data e hora limite, não foi apresentada qualquer alegação por parte dos concorrentes, razão pela qual a proposta de relatório preliminar é vertida para o relatório final, ou seja:-----

- Bar do Jardim dos Combatentes:-----

São concorrentes ao presente procedimento:-----

1 – André Filipe Nunes Alves;-----

2 - Durley Yajaria Camacho;-----

Feita a apreciação formal das propostas apresentadas, deliberou a comissão de análise, por unanimidade, o seguinte:

a) - Admitir a proposta do concorrente André Filipe Nunes Alves, concedendo-lhe, no entanto, o prazo de 24 horas, para querendo, fazer prova da experiência profissional que alega possuir no currículo, mas da qual não apresentou qualquer documento comprovativo.-----

b) – Manifestar a intenção de exclusão da concorrente Durley Yajaria Camacho, porquanto a proposta que a mesma apresentou não estava datada nem assinada, pelo que enforma de falta de validade legal, o que em sintonia com o ponto 4.7. do programa de concurso (vide doc. n.º 1 em anexo) é motivo de exclusão por violação da premissa inserta no ponto 4.5 do mesmo documento.-----

Nesta conformidade, regista a comissão no que concerne ao critério de adjudicação fixado no ponto 9 do Programa do Concurso, cujo documento fica apenso à presente ata – “experiência profissional” ao concorrente admitido não será considerada qualquer tipo de experiência profissional, porquanto os documentos que entretanto nos faz chegar (vide doc. n.º 2 em anexo) não são em nada relevantes para as funções/tarefas a que alude o procedimento concursal.-----

Sobre “o valor de licitação mais elevado” -, as propostas dos concorrentes contêm os seguintes montantes:-----

1 – André Filipe Nunes Alves - pelo valor de 220,00€ (duzentos e vinte euros).-----

2 - Durley Yajaria Camacho pelo valor de 200,00€ (duzentos euros), sendo no entanto intenção da comissão determinar a sua exclusão pelos motivos em cima já apontados.-

Regista-se que aos montantes supramencionados não acrescerá qualquer valor de IVA, porque estamos na presença de um contrato em conformidade com o n.º 29 do art.º 9.º do CIVA.-----

. Concorrente 1 - André Filipe Nunes Alves:

$$P = a) + b)$$

Sendo a) o valor da proposta e B) a experiência profissional, como tal:

$$a) = \frac{5 \times 220 \times 0,75}{220 \times 300} = \frac{825}{300} = 3,75;$$

$$b) = \frac{5 \times 0 \times 0,25}{0} = 0$$

$$P = 3,75 + 0 = 3,75 \text{ valores}$$

. Concorrente 2- Durley Yajaria Camacho:

* - Manifestada a intenção de exclusão da concorrente Durley Yajaria Camacho, porquanto a proposta que a mesma apresentou não estava datada nem assinada, pelo que enferma de falta de validade legal, o que em sintonia com o ponto 4.7. do programa de concurso (vide doc. n.º 1 em anexo) é motivo de exclusão por violação da premissa inserta no ponto 4.5 do mesmo documento.-----

Em face dos elementos em cima descritos a aplicação dos critérios de adjudicação a cada um dos concorrentes, será a seguinte:

1.º Classificado - **André Filipe Nunes Alves**, com a pontuação de **3,75 Valores**.-----

* - **Durley Yajaria Camacho – Intenção de exclusão pelos motivos supramencionados**

Para constar se lavrou o presente relatório final, que ao abrigo do art.º 126.º do CPA deverá ser remetido para a RC de 14 de junho de 2024, para nela ser deliberado, o que for o entendimento do órgão executivo:-----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Adjudicar o procedimento concursal do Arrendamento do Bar do Jardim dos Combatentes, em Cuba, ao Sr.º André Filipe Nunes Alves, pelo valor de duzentos e vinte euros mensais, aos quais não acrescerá IVA, com início do contrato a 15 de junho e cessação a 30 de setembro de 2024, com possibilidade de prorrogação até um limite máximo de 10 anos.-----

2.º- Legitimar o Sr. Presidente da Câmara a gerir o conteúdo e outorga do respetivo contrato escrito. -----

5. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DA FEIRA ANUAL DE CUBA – 2024. -----

Foi presente à Câmara a Informação do Dr. Lino Costa, cujo teor se transcreve: -----

“A Câmara Municipal de Cuba, irá realizar de 29 de agosto a 2 de setembro, mais uma edição da tradicional Feira Anual de Cuba.

Desta forma, o serviço de Ação Cultural remete para V. Exas., a apreciação das Normas de Funcionamento da Feira Anual de Cuba (em anexo).

De harmonia com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual "*Compete à câmara municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...).*

Por força das competências que são cometidas ao presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente proposta ser remetida à reunião da câmara municipal, que terá lugar no próximo dia 14 de junho de 2024, para que nela possa ser deliberado submeter a aprovação o seguinte:

- a) Que se aprovelem as normas de funcionamento em anexo.
- b) Que se fixe a data limite de 31 de julho, para aceitação das fichas de inscrição para os stands interiores e exteriores, bares junto ao palco principal, tasquinhas, e divertimentos.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- a) Aprovar as normas de funcionamento em anexo.
- b) Fixar a data limite de 31 de julho, para aceitação das fichas de inscrição para os stands interiores e exteriores, bares junto ao palco principal, tasquinhas, e divertimentos.

1. Organização e Objetivos:

1.1. A Feira Anual de Cuba é organizada pelo Município de Cuba e poderá contar com a colaboração de outras associações ou entidades.

1.2. Realiza-se no recinto de feiras e mercados, em pavilhões cobertos com módulos interiores e ao ar livre em módulos cobertos, junto ao Parque António Manuel de Castro em Cuba, de dia 29 de agosto até dia 2 de setembro do corrente ano.

1.3. A Feira Anual procura intervir numa região de características rurais, fomentando assim uma tradição quase centenária da malha económica local onde o comércio e as gentes se encontram.

1.4. O evento de relevante cariz cultural, procura divulgar e valorizar o concelho de Cuba a nível local, regional e também, internacional.

1.5. Esta iniciativa tem como objetivos principais:

- i. Promover, apoiar e divulgar os produtos regionais, a gastronomia, essencialmente o fabrico de pão e bolos tradicionais alentejanos e estrangeiros e a tradição do saber fazer;
- ii. Contribuir para a divulgação cultural, a organização de encontros sociais e promover a interculturalidade e o interesse turístico pelo território;
- iii. Afirmar-se como um espaço de intercâmbio de diversos públicos, conjugando várias manifestações culturais nas mais diversas áreas, tais como a música, a multimédia, as *performances*, a dança, a tauromaquia, entre outras;
- iv. Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura e identidade local empreendedora.

1.6. Os conteúdos do certame, para os cinco dias, são estabelecidos pela organização em programa próprio.

2. Horários de Funcionamento de Feira:

2.1. Os *stands* e os espaços de exposição e/ou venda devem estar obrigatoriamente abertos aos visitantes nos seguintes horários:

- i. Quinta-Feira, das 19h00 às 00h00;
- ii. Sexta – feira, das 17h00 às 00h00;
- iii. Sábado, das 15h00 às 00h00;
- iv. Domingo, das 15h00 às 00h00;
- v. Segunda-feira e último dia da feira, das 18h00 às 00h00.

2.2. Os bares junto ao palco principal devem estar obrigatoriamente abertos aos visitantes nos seguintes horários, sendo sempre permitida a sua abertura mais cedo:

- i. Quinta-feira, das 20h00 às 4h00;
- ii. Sexta – feira, das 20h00 às 6h00;
- iii. Sábado das 20h00 às 6h00;
- iv. Domingo, das 20h00 às 4h00.

2.3. As tasquinhas, devem estar obrigatoriamente abertas aos visitantes nos seguintes horários, sempre que o fluxo de visitantes o justifique, sendo sempre permitida a sua abertura mais cedo:

- i. Quinta-feira, das 19h00 às 4h00;
- ii. Sexta-feira, das 17h00 às 6h00;
- iii. Sábado das 15h00 às 6h00;
- iv. Domingo, das 15h00 às 4h00;
- i. Segunda-feira e último dia da feira, das 18h00 às 2h00.

2.4. Os espetáculos de animação noturna deverão obrigatoriamente terminar nos seguintes horários:

- i. Quinta-feira, 4h00;
- ii. Sexta-feira, 6h00;
- iii. Sábado, 6h00;
- iv. Domingo, 4h00;
- v. Segunda-feira e último dia da feira, 2h00.

2.5. O Secretariado da Feira estará aberto diariamente nos seguintes horários:

- i. Quinta-Feira, das 18h00 às 00h00;
- ii. Sexta – feira, das 16h00 às 00h00;
- iii. Sábado, das 14h00 às 02h00;
- iv. Domingo, das 14h00 às 00h00;
- v. Segunda-feira e último dia da feira, das 17h00 às 00h00.

2.6. Por motivos de força maior, reserva-se à organização a possibilidade de alteração dos horários previstos e a data de realização do evento.

3. Condições de admissão:

3.1. Podem participar no evento todos os interessados, pessoas singulares ou coletivas, que cumpram todos os requisitos legalmente estabelecidos para a atividade a que se propõem desenvolver, e que tenham a sua situação tributária regularizada perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira e não tenham dívidas para com o Município de Cuba, situação que deverão fazer prova através da entrega dos respetivos comprovativos no ato da inscrição.

3.2. No ato de inscrição, todos os que exercem as suas atividades de forma habitual e/ou permanente estão obrigados a apresentar comprovativo da mera comunicação prévia ou, caso já exercessem essas atividades antes de 01/03/2015, cartão de feirante ou de vendedor ambulante, bem como todos os que exerçam a atividade de restauração ou bebidas de forma não sedentária (tais como venda de farturas, churros, cachorros quentes, algodão doce, pipocas e outros alimentos).

3.3. A inscrição no certame, pode ser efetuada num dos seguintes locais/formas:

- i. Balcão Eletrónico da Câmara Municipal de Cuba:
 - <https://cuba.balcaoeletronico.pt>
- ii. Via Presencial - Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação da Câmara Municipal de Cuba.
- iii. Por correio, via CTT, para a seguinte morada:
 - Câmara Municipal de Cuba, Rua Serpa Pinto, n.º 84, 7940-172 Cuba
- iv. Por correio eletrónico, para o seguinte endereço:
 - geral@cm-cuba.pt

3.4. As inscrições que não se façam acompanhar de todos os documentos obrigatórios, não serão consideradas válidas.

3.5. A organização reserva-se o direito de recusar qualquer inscrição, se entender que a mesma não se insere nos objetivos do certame.

3.6. A formalização de inscrição no evento implica a aceitação das presentes normas, as quais devem ser obrigatoriamente cumpridas pelos participantes, pelo seu pessoal e pelas empresas contratadas.

3.7. O participante não pode ceder, subalugar ou partilhar o direito de ocupação do respetivo espaço.

3.8. Compete à organização decidir sobre a localização e distribuição dos espaços destinados aos participantes.

3.9. Quando não for determinado procedimento especial de atribuição dos espaços, o critério de admissão e participação é o da ordem de entrada das inscrições.

3.10. O concurso para os Bares junto ao Palco Principal e para as Tasquinhas, será efetuado mediante procedimento especial de atribuição de espaços, através de carta fechada, aplicando-se a este, todas as normas descritas nos pontos 6 e 7 deste normativo.

3.11. Assiste à comissão de abertura do concurso mencionado no ponto anterior, a possibilidade de, mediante orientação do membro do executivo que detém o pelouro da cultura, sempre que se constate que os Bares junto ao Palco Principal e/ou Tasquinhas, previstos nos pontos 6 e 7 deste normativo, não sejam preenchidos na sua totalidade, poderá proceder-se ao envio de convites aos concorrentes que não foram selecionados para à sua pretensão inicial, por forma a preencher os lugares vagos.

3.12. Para os convites mencionados no ponto anterior *in fine*, a graduação será efetuada tendo em conta o valor das propostas apresentadas (da mais alta para a mais baixa).

4. Inscrições e condições de participação nos espaços de exposição em *stands* exteriores:

4.1. A organização disponibiliza espaços exteriores cobertos com dimensões 3m X 3m, pelo valor de 250 € (duzentos e cinquenta euros), com IVA incluído.

4.2. As associações sediadas no concelho estão isentas do pagamento previsto no número anterior.

4.3. Os artesãos do concelho estão isentos do pagamento previsto em 4.1, devendo os artesãos de fora do concelho proceder ao depósito de uma caução no valor de 100 € (cem euros), que lhes será restituída após o término do evento, salvo quando haja desistência da ocupação do espaço após a aceitação da inscrição, caso em que a respetiva quantia reverte para o Município.

4.4. Ao pagamento da caução referida no ponto anterior é aplicado o mesmo prazo previsto no ponto 4.11.

4.5. Será qualificado como Artesanato, toda a atividade que esteja enquadrada no repertório de atividades elencado no Anexo I da Portaria n.º 1193/2003, de 13 de outubro.

4.6. Quando haja solicitação de módulos extra para além do referido no ponto 4.3, aplicar-se-á o valor previsto no ponto 4.1.

4.7. Se houver a necessidade de outro tipo de equipamentos que a estrutura base dos stands não possua (quadro elétrico trifásico, lava-loiças, etc.), estes devem ser mencionados na ficha de inscrição e o valor do seu aluguer será somado ao valor do aluguer do modelo básico do Stand, conforme os preços adjudicados.

4.8. A inscrição no certame, faz-se mediante apresentação de ficha de inscrição, num dos locais/formas indicados no ponto 3.3, devidamente preenchida e assinada, e instruída com os documentos referidos na parte final do ponto 3.1 e quando aplicável em 3.2.

4.9. O prazo limite para entrega das fichas de inscrição termina a 31-07-2024.

4.10. As fichas de inscrição recebidas após a data referida no número anterior ficam sujeitas a eventuais desistências de participantes já inscritos.

4.11. O pagamento dos espaços atribuídos é efetuado em numerário, transferência bancária ou cheque passado à ordem do Município de Cuba – Câmara Municipal, no prazo máximo de 5 dias úteis, após a publicitação dos resultados nos meios de comunicação da autarquia (www.cm-cuba.pt), sob pena de, não o fazendo nessa altura, não ser validada a inscrição e subsequentemente não autorizada a montagem.

4.12. O pagamento deve ser efetuado na tesouraria dos serviços até às 16 horas de cada dia útil, entre o período das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 16h00 ou através de transferência bancária, efetuada para o IBAN da Câmara Municipal de Cuba - PT50 0035 0276 00000542130 69, onde conste obrigatoriamente a identificação e a descrição do propósito do pagamento.

4.13. No caso de pagamento por transferência bancária, deve ser enviado o respetivo comprovativo de transferência através do e-mail: geral@cm-cuba.pt, ou entregue pessoalmente na tesouraria dos serviços, até às 16 horas do dia do pagamento, sob pena de exclusão.

4.14. Em caso de desistência, após a aceitação da inscrição, não haverá lugar à devolução das quantias já pagas, revertendo as mesmas a favor da autarquia.

4.15. A entidade organizadora poderá atribuir stands a título gratuito, mediante a troca de serviços realizados durante os dias do evento e que se considerem mais-valias importantes para a dinamização do mesmo.

4.16. A distribuição dos participantes inscritos faz-se de acordo com a planta do espaço (organizada em áreas de atividade) mediante a ordem de entrega das inscrições e a efetivação do pagamento necessário.

5. Condições de participação nos espaços de exposição em *stands* interiores:

5.1. A entidade organizadora convidará empresas, comerciantes, associações ou outras instituições que possuem um papel determinante para o desenvolvimento da Região Alentejo, a participar e a integrar a Tenda Institucional, reservando para tal, stands interiores de 3m X 3m ou de outras dimensões, consoante a necessidade dos expositores e os interesses estratégicos da entidade organizadora.

5.2. As entidades convidadas, estarão isentas do pagamento dos stands atribuídos.

5.3. A formalização da aceitação do convite faz-se com o cumprimento do disposto no ponto 4.8 e deve ser efetuado até à data definida em 4.9.

5.4. Estes participantes estão abrangidos pelas diretrizes inscritas em 3.6, 3.7 e 4.7, excetuando o pagamento.

5.5. A estes participantes, aplicam-se todas as regras inscritas nestas normas, referentes à decoração, limpeza e manutenção dos espaços, descritas no ponto 10 do presente documento.

6. Espaço de bares junto ao palco principal:

6.1. No intuito de dinamizar o evento, a Câmara Municipal de Cuba cria uma zona de bares junto ao palco principal, os quais são disponibilizados pela organização em número máximo de até 6 (seis) bares com as dimensões máximas de 6m X 3m.

6.2. Cada um destes espaços está equipado com os seguintes equipamentos: balcão frontal, bancada, lava-loiça, extintor, balde do lixo e quadro trifásico.

6.3. Nestes espaços e em todos os *stands* disponibilizados pelo município, apenas podem ser comercializadas as marcas autorizadas pelos patrocinadores do evento e adquiridas para o efeito junto da empresa contratada.

6.4. A violação do estipulado no número anterior, implicará para o ocupante do espaço, o pagamento de coima em conformidade com o disposto no ponto 16.

6.5. Os espaços são atribuídos mediante proposta em carta fechada, a apresentar no prazo previsto no ponto 4.9, sendo o valor da base de licitação de 600 € (seiscentos euros). A este valor acrescerá o IVA à taxa em vigor (23%).

6.6. As propostas deverão ser entregues com carta fechada dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Cuba, redigida a computador e com a menção obrigatória do valor da mesma e o acréscimo do IVA.

6.7. As propostas para a atribuição dos bares devem ser entregues pessoalmente no Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação da Câmara Municipal de Cuba, ou enviadas pelo correio para a seguinte morada:

Câmara Municipal de Cuba

Rua Serpa Pinto, n.º 84

7940 – 172 Cuba

6.8. A abertura de propostas realiza-se às 09h30 do dia imediato ao termo do prazo para entrega das mesmas (se este dia calhar em sábado, domingo ou feriado, transfere-se para o dia útil imediato), no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, em ato público, perante a comissão designada para o efeito.

6.9. Os espaços são atribuídos às propostas que apresentem os valores mais elevados, só podendo ser atribuído a cada interessado apenas um espaço e cujas propostas cumpram o exigido em 6.6 e 6.7, sob pena de exclusão.

6.10. Em caso de empate, têm preferência as Associações sediadas no Concelho de Cuba e não sendo este o caso, recorrer-se-á à ordem de entrega das propostas.

6.11. Os concorrentes a quem sejam atribuídos os espaços devem apresentar, no prazo máximo de 3 dias úteis os documentos indicados em 4.8, sob pena de, não o fazendo nesse prazo ou não apresentando justificação devidamente fundamentada e aceite pela Comissão da não entrega atempada desses documentos, ser excluído e o espaço ser atribuído ao concorrente que se classificar no lugar imediatamente a seguir.

6.12. A escolha da localização dos Bares será feita em função da classificação final (os primeiros classificados escolherão primeiro).

6.13. O pagamento entregue a título de inscrição corresponde a 100% do valor total e deve ser efetuado de acordo com o previsto no ponto 4.11, 4.12 e 4.13.

6.14. Em caso de desistência, o concorrente será penalizado com a perda do pagamento da quantia correspondente ao valor da sua proposta.

6.15. O horário de abertura e encerramento destes espaços está previsto em 2.2.

6.16. É expressamente proibida a difusão de música própria nestes espaços, durante todos os dias da feira.

6.17. Os abastecimentos deverão ser realizados até aos seguintes horários:

- i. Abastecimentos realizados pelo patrocinador – Todos os dias até às 13 horas;
- ii. Abastecimentos realizados pelos próprios – Todos os dias até às 17 horas.

6.18. A circulação de veículos para abastecimento dentro do recinto, só é permitida dentro dos horários previstos para tal e após a apresentação à Segurança de credencial válida para o efeito.

7. Espaço de “tasquinhas” junto ao palco secundário:

7.1. São disponibilizados 6 stands exteriores tipo “Tasquinhas”, com as dimensões máximas de 6m X 3m e inalteráveis na sua estrutura, os quais são atribuídos mediante proposta em carta fechada, a apresentar no prazo previsto no ponto 4.9, sendo o valor da base de licitação de 500 € (quinhentos euros). A este valor acrescerá o IVA à taxa em vigor (23%).

7.2. Cada um destes espaços está equipado com os seguintes equipamentos: balcão frontal, bancada, lava-loiça, fogão, exaustor, extintor, balde do lixo e quadro trifásico.

7.3. Nestes espaços e em todos os *stands* disponibilizados pelo município, apenas podem ser comercializadas as marcas autorizadas pelos patrocinadores do evento e adquiridas para o efeito junto da empresa contratada.

7.4. A violação do estipulado no número anterior, implicará para o ocupante do espaço, o pagamento de coima em conformidade com o disposto no ponto 16.

7.5. As propostas deverão ser entregues em carta fechada dirigida ao Presidente da Câmara Municipal de Cuba, redigida a computador e com a menção obrigatória do valor da mesma e o acréscimo do IVA.

7.6. As propostas devem ser entregues pessoalmente no Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação da Câmara Municipal de Cuba, ou enviadas pelo correio para a morada indicada em 6.7.

7.7. A abertura de propostas realiza-se às 10h30 do dia imediato ao termo do prazo para entrega das mesmas (se este dia calhar em sábado, domingo ou feriado, transfere-se para o dia útil imediato), no auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, em ato público, perante a comissão designada para o efeito.

7.8. Os espaços são atribuídos às propostas que apresentem os valores mais elevados, só podendo ser atribuído a cada interessado apenas um espaço e cujas propostas cumpram o exigido em 7.5 e 7.6, sob pena de exclusão.

7.9. Em caso de empate, têm preferência as Associações sediadas no Concelho de Cuba e não sendo este o caso, recorrer-se-á à ordem de entrega das propostas.

7.10. Os concorrentes a quem sejam atribuídos os espaços devem apresentar, no prazo máximo de 3 dias úteis os documentos indicados em 4.8, sob pena de, não o fazendo nesse prazo ou não apresentando justificação devidamente fundamentada e aceite pela Comissão da não entrega atempada desses documentos, ser excluído e o espaço ser atribuído ao concorrente que se classificar no lugar imediatamente a seguir.

7.11. A escolha da localização das “Tasquinhas” será feita em função da classificação final (os primeiros classificados escolherão primeiro).

7.12. O pagamento entregue a título de inscrição corresponde a 100% do valor total e deve ser efetuado de acordo com o previsto no ponto 4.11, 4.12 e 4.13.

7.13. Em caso de desistência, o concorrente será penalizado com o pagamento da quantia correspondente ao valor da sua proposta.

7.14. Os espaços devem obrigatoriamente disponibilizar produtos e petiscos regionais para venda ao público todos os dias da feira, os quais devem respeitar as normas do HACCP.

7.15. O horário de abertura e encerramento destes espaços está previsto em 2.3.

7.16. É expressamente proibida a difusão de música própria nos espaços de tasquinhas durante todos os dias da feira.

7.17. Os abastecimentos serão efetuados de acordo com os pontos 6.17 e 6.18.

8. Patrocinador:

8.1. Em todos os *stands* disponibilizados pelo município apenas podem ser comercializadas as marcas comercializadas pelo patrocinador do evento e adquiridas para o efeito junto da empresa contratada.

8.2. Os horários de entrega e levantamento de equipamento serão acordados entre a Entidade Organizadora e o Patrocinador e posteriormente facultados a todos os interessados, revestindo-se estes horários de carácter de obrigatoriedade por parte de todos os intervenientes no processo.

9. Transmissão:

Não é permitida a transmissão, a qualquer título, dos *stands* atribuídos.

10. Decoração e Limpeza:

10.1. A montagem e decoração dos espaços atribuídos é da inteira responsabilidade dos participantes, não podendo ser modificada a estrutura. É proibida a aplicação de pregos e/ou materiais que possam danificar as estruturas.

10.2. A limpeza das áreas comuns é da responsabilidade da organização, enquanto a limpeza dos espaços atribuídos fica a cargo dos respetivos participantes.

11. Divertimentos:

11.1. A Câmara Municipal de Cuba irá proceder à atribuição de lugares para divertimentos nos seguintes termos:

- i. Roda gigante – 1 lugar
- ii. Pista de adultos - 1 lugar;
- iii. Divertimento de adultos (tipo canguru, aviões, etc.) - 3 lugares;
- iv. Outro tipo de divertimento de adultos, não enquadrável nas alíneas anteriores (tipo peluches, barraquinha de tiro, etc.) - 5 lugares;
- v. Pista infantil - 1 lugar;
- vi. Carrossel infantil - 3 lugares;
- vii. Outro divertimento infantil, não enquadrável nas alíneas anteriores (tipo insufláveis, piscinas de bolas, etc.) - 4 lugares.

11.2. Para os equipamentos previstos nas alíneas i, ii e iii, os lugares serão atribuídos mediante proposta em carta fechada, em que o preço base é de 200€ (duzentos euros).

11.3. Nas demais situações, sempre que as manifestações de interesse sejam superiores ao número de lugares disponíveis, será adotado procedimento especial de proposta através de carta fechada, que será efetivado através do preenchimento de formulário disponibilizado pela organização, devendo os feirantes preencher todos os campos obrigatórios e juntar fotocópia do cartão de feirante e/ou declaração de início de atividade, sob pena de exclusão.

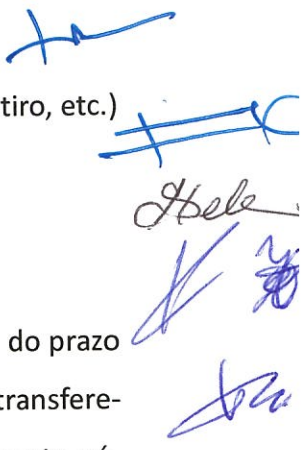
11.4. As propostas devem ser entregues em conformidade com os pontos 4.8 e 4.9.

11.5. As propostas enviadas por correio devem dar entrada na Câmara Municipal de Cuba dentro do prazo previsto no número anterior, sob pena de não se considerarem aceites.

11.6. A caracterização e disposição dos lugares no recinto da feira consta de planta que se encontra junta ao processo, podendo os concorrentes solicitar a sua consulta.

11.7. A disposição dos lugares a que se refere o número anterior poderá ser alterada pelo Município sempre que se considere necessário.

11.8. O valor base de atribuição para divertimentos é o seguinte:

- 
- i. Outro tipo de divertimentos de adultos (tipo peluches, barraquinha de tiro, etc.)
– 4,83 €/m2;
 - ii. Pista infantil – 4,83 €/m2;
 - iii. Carrossel infantil – 4,83 €/m2;

11.9. A abertura de propostas realiza-se às 14 horas do dia imediato ao termo do prazo para entrega de propostas (se este dia calhar em sábado, domingo ou feriado, transfere-se para o dia útil imediato), no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, em ato público, perante a comissão designada para o efeito.

11.10. Os lugares para cada tipo de divertimento são atribuídos às propostas que apresentem os valores mais elevados.

11.11. A atribuição dos lugares é feita no ato público de abertura das propostas, devendo os concorrentes selecionados efetuar o pagamento do valor proposto até às 16h00 desse dia, impreterivelmente.

11.12. O pagamento pode ser efetuado em dinheiro, cheque visado ou transferência bancária, efetuada para o IBAN da Câmara Municipal de Cuba - PT50 0035 0276 00000542130 69, onde conste obrigatoriamente a identificação e a descrição do propósito do pagamento.

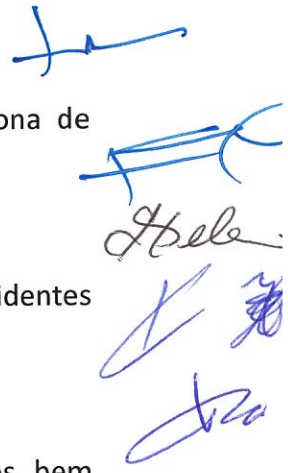
11.13. No caso de pagamento por transferência bancária, deve ser enviado o respetivo comprovativo de transferência através do e-mail: geral@cm-cuba.pt, ou entregue pessoalmente na tesouraria dos serviços, até às 16 horas do dia do pagamento, sob pena de exclusão.

11.14. O não pagamento do valor proposto equivale à desistência do lugar.

11.15. Em caso de desistência ou de incumprimento de alguma das presentes regras, far-se-á a atribuição à proposta ordenada em lugar imediato, sendo perdido a favor do Município todo o valor pago pelo desistente, caso a organização considere a mesma sem qualquer justificação.

11.16. Os concorrentes selecionados devem apresentar junto da Subunidade Administrativa, juntamente com a inscrição, os seguintes documentos:

- i. Identificação do divertimento público;

- 
- ii. Área a ocupar, características do divertimento, lotação admissível, zona de segurança, sua tipologia ou designação e demais atividades;
 - iii. Planta do divertimento;
 - iv. Fotocópia das apólices dos seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais;
 - v. Certificado de inspeção;
 - vi. Termo de responsabilidade a atestar a conformidade dos equipamentos, bem como a correta instalação e colocação em funcionamento de acordo com as regras técnicas e de segurança aplicáveis.

11.17. A falta de qualquer um dos documentos enunciados no ponto anterior determina a suspensão imediata da atividade e a proibição de participação na Feira, perdendo o participante direito a todas as quantias já pagas, não lhe sendo reconhecido o direito à reclamação de qualquer indemnização.

11.18. A apresentação de propostas no âmbito do presente concurso determina a aceitação das presentes regras de atribuição de lugares para divertimentos, na Feira Anual de Cuba 2024.

11.19. A montagem das instalações só pode ser feita após a confirmação da entrega de todos os documentos solicitados e mediante autorização dos funcionários presentes no local.

11.20. Após o período de montagem não é permitida a circulação de quaisquer veículos dentro do recinto da Feira.

11.21. O ligar e desligar da eletricidade das instalações dos participantes, só pode ser efetuada pelos eletricitas municipais ou por empresa contratada pelo Município para o efeito.

11.22. Durante o período em que decorrem os espetáculos nos palcos 1 e 2, devem os equipamentos sonoros de emissão de música dos divertimentos, reduzirem o seu volume, para não interferirem com o som dos espetáculos.

12. Feirantes:

12.1. Todos os feirantes devem estar inscritos e licenciados para a atividade que praticarem.

12.2. A inscrição deve ser paga até ao dia 24 de agosto, sob pena de não participarem nesta edição da feira.

12.3. Todos os feirantes podem circular com um veículo, após o início do certame, nos seguintes horários:

- i. Para abastecimento - Todos os dias até às 13 horas de cada dia;
- ii. Para pernoita em local diferente do recinto da Feira – A partir da 01h00 de cada dia, mediante a apresentação do dístico ao vigilante de serviço.

13. Montagem e Desmontagem:

13.1. A montagem e decoração dos espaços deve ser efetuada até às 17 horas do dia da abertura da feira.

13.2. Nenhum participante pode desmontar o seu espaço antes do final do certame, dia 2 de setembro, com exceção para os 6 bares junto ao palco principal da Feira.

13.3. A desmontagem só pode ser feita após o encerramento do certame e deve estar concluída até ao final do dia imediatamente a seguir ao do encerramento do evento, com exceção para os bares junto ao palco principal da Feira, que poderão desmontar no dia 2 de setembro até às 13 horas.

13.4. As desmontagens dos stands e a saída de material e produtos devem estar rigorosamente concluídos nos prazos fixados neste normativo.

13.5. A falta de cumprimento deste prazo autoriza a remoção do stand e de todos os materiais e produtos ali existentes pela entidade organizadora, dando-lhes esta o destino que entender, não podendo, no entanto, ser responsabilizada pelos eventuais danos causados, e dá motivo à cobrança de todos os encargos resultantes das medidas tomadas para a remoção supra referida.

14. Segurança:

14.1. A segurança dos espaços atribuídos, nomeadamente dos produtos expostos, valores pessoais ou outros, é da exclusiva responsabilidade dos participantes, aconselhando-se que os mesmos efetuem seguro contra roubo e deterioração dos produtos, para transporte e exposição dos materiais.

14.2. A organização não se responsabiliza por danos que possam ocorrer nos espaços atribuídos durante o funcionamento do certame.

14.3. A Câmara Municipal compromete-se a assegurar a segurança do certame através dos meios considerados convenientes para o efeito.

14.4. A Câmara Municipal manterá um serviço de fiscalização no certame e usará o maior rigor para que se cumpra o que fica estabelecido.

14.5. A empresa de segurança privada contratada para o certame, está autorizada a vistoriar à entrada do recinto da Feira, os veículos que fazem o abastecimento dos espaços, que estão abrangidos pela obrigatoriedade de comercializar produtos fornecidos pelo Patrocinador.

15. Deveres dos participantes:

Os participantes ficam obrigados ao cumprimento dos seguintes deveres:

- i. Assegurar o melhor aspeto de arranjo, limpeza e higiene das suas instalações, em cumprimento das normas legais em vigor;
- ii. Preservar todo o equipamento municipal, sendo responsáveis pelos danos que direta ou indiretamente provoquem;
- iii. Não ceder os lugares que lhe sejam atribuídos, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito;
- iv. Assegurar que o material a instalar nos lugares atribuídos respeitam todas as regras de segurança e de prevenção de acidentes;
- v. Cumprimento da legislação em vigor referente à atividade a desenvolver;
- vi. Respeitar as regras de ruído e difusão de música própria inscritas neste normativo.
- vii. Respeitar os horários e propósitos de circulação automóvel no recinto, após o início do certame.

16. Sanções:

16.1. O incumprimento das presentes normas constitui contraordenação punível com coima nas seguintes situações:

- i. Violação dos horários de funcionamento obrigatório, estipulados nas presentes normas, constituirá contraordenação punível com coima diária de 10 € a 50 €, no caso de pessoas singulares, e coima de 20 € a 100 €, no caso de pessoas coletivas.

- ii. A violação do disposto nos pontos 6.4, 7.4, constitui contraordenação punível com coima de 250 €, tratando-se de pessoa singular, e com coima de 750 €, tratando-se de pessoa coletiva, bem como determina o imediato encerramento do espaço

16.2. Compete à Fiscalização Municipal fazer o reporte diário das situações inerentes ao cumprimento ou incumprimento previstos nos pontos anteriores.

16.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, pode ainda ser aplicada a sanção acessória de interdição de participação na edição da feira anual do ano seguinte.

17. Dúvidas e omissões:

Por delegação expressa da Câmara Municipal, as dúvidas e omissões serão resolvidas pela estrutura afeta à organização do certame.

Município de Cuba - Câmara Municipal

Contactos:

Morada: Rua Serpa Pinto, n.º 84

7940-172 Cuba

Telefone: 284 419 900

Email: geral@cm-cuba.pt

6. NECESSIDADE DE PROCEDER AO PREENCHIMENTO DA VAGA EXISTENTE NO MAPA DE PESSOAL, DE UM TÉCNICO SUPERIOR – JURISTA NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO. -----

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª Ana Duarte, cujo teor se transcreve:

“O presente procedimento vem na sequência do despacho do Sr. Presidente da Câmara de cessação o procedimento concursal comum de recrutamento para provimento de um posto de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior, na área de Direito, publicado através do aviso nº 6044/2021, na IIª Série do Diário da República nº 62, de 30 de março na sequência da inexistência de candidatos aprovados e integrar na Lista de Ordenação Final.

Face à necessidade do preenchimento do referido posto de trabalho, cumpre a esta subunidade informar sobre o procedimento a adotar e os formalismos que se encontram subjacentes ao recrutamento de pessoal da administração pública/local.

Legislação aplicável

Em matéria de recrutamento de pessoal são várias as disposições legais que temos de levar em consideração.

Em termos de recrutamento de pessoal para a administração pública e com as especificidades das autarquias locais, temos a seguinte legislação a considerar:

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, designada por Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, na sua versão atual;

- Qualquer órgão ou serviço que pretenda satisfazer as suas necessidades de pessoal, deverá seguir um conjunto de procedimentos, de modo a garantir a observância do legalmente disposto em matéria de recrutamento, inserta na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente no seu artigo 30.º, e seguintes, na sua redação atual, designadamente, que o mapa de pessoal aprovado para o ano de 2024, preveja o lugar vago e que se encontrem cabimentados os custos com o presente recrutamento.

O Mapa de pessoal aprovado para o ano de 2024 encontra-se vago o respetivo lugar. Os custos com o procedimento agora apresentado encontram-se cabimentados conforme n.ºs sequenciais 42538 - Remuneração Base, 42543 - Sub. Refeição e 42546 - Sub. de Férias e de Natal, concluindo-se que se encontram reunidos os pressupostos para a abertura do referido procedimento;

Quanto à legislação aplicável ao procedimento, temos o seguinte:

- 1) O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que procede à adaptação, naquela data, da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e atualmente, por força do disposto no artigo 42.º da Lei preambular da Lei n.º 35/2014, “todas as referências feitas aos diplomas ora revogados entendem-se feitas para as correspondentes normas da presente lei”;

- 1.1.) - O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, determina que todas as referências feitas ao membro do governo ou ao dirigente máximo do serviço, consideram-se feitas, nos municípios, ao Presidente da Câmara.

- 2) No que respeita ao preenchimento dos postos de trabalho gestão à de recursos humanos em função dos mapas de pessoal, temos o seguinte:

Preenchimento dos postos de trabalho

1 - O órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, nos termos do presente artigo.

2 - O recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado ou a termo, consoante a natureza permanente ou transitória da atividade, tal como consta do mapa de pessoal.

3 - O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

4 - O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global aprovado pelo despacho a que se refere o n.º 6.

5 - (...)

6 - (...)

7 - (...)

8 - O recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público pode ainda ocorrer noutras situações especialmente previstas na lei, em razão de aptidão científica, técnica ou artística, devidamente fundamentada, precedido de autorização dos membros do Governo referidos no número anterior.

9 - O despacho autorizador a que se referem os números anteriores é expressamente mencionado no procedimento de recrutamento.

3) A Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, regulamenta a tramitação do procedimento concursal, nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da LGTFP, na sua versão atual;

O art. 4.º, n.º 1, da portaria, determina as modalidades que pode revestir o procedimento concursal:

a) **Comum**, sempre que vise a ocupação, imediata ou futura de postos de trabalhos previstos, e não ocupados, no mapa de pessoal de um empregador público;

Nestes termos conclui-se,

1. Atendendo que no mapa de pessoal aprovado para o ano 2024, encontra-se previsto o posto de trabalho de técnico superior - Jurista, a ocupar por tempo indeterminado;
2. Atendendo que se encontram reunidos os pressupostos necessários ao recrutamento, no âmbito da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

Aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para o recrutamento de 1 Técnico Superior - Jurista, na modalidade de Relação Jurídica de Emprego Público por tempo indeterminado, nos termos do n.º 1, artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua versão atual, atendendo a:

- 1) - O mapa de Pessoal para o ano de 2024 aprovado contempla o posto de trabalho de Técnico Superior – Jurista;
- 2) - O trabalho a desenvolver no Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna exige a necessidade de técnicos capacitados na área de Direito;
- 3) - Conforme dispõe o artigo 30º, nº 1 da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atual o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal;
- 4) - O serviço ou órgão pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

7. PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2024/2025.

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor se transcreve:

“Para garantir a eficácia dos transportes escolares, o Município de Cuba aplica os preceitos legais e elabora anualmente um Plano, conforme documento que se anexa.

Para cumprimento do estipulado no n.º 1 do art.º 21.º do Dec-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, nos municípios, a elaboração e a aprovação do plano de transporte escolar é da competência da Câmara Municipal, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação.

Assim, segue em anexo a proposta da previsão para os transportes escolares para o ano letivo 2024/2025, para conhecimento e remessa para o Conselho Municipal de Educação para que este Conselho emita parecer sobre o mesmo e posteriormente possa ser apresentado para aprovação em reunião de Câmara, conforme estipula o art. 21.º do Dec-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.

Encargo Financeiro:

A previsão para o ano letivo de 2024/2025, deverá abranger um total de 15 estudantes e uma despesa que terá um valor estimado de 17.634,70€, repartida por dois anos, estando previstos encargos de 7.053,88 euros em 2024 e de 10.580,82 euros em 2025.

Para cumprimento do disposto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, deve ser averiguada a disponibilidade financeira para salvaguardar a participação do município, mediante a emissão da informação de cabimento e do compromisso sequencial devidos.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1) - No âmbito das competências que lhe são cometidas tomar conhecimento do PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – PREVISÃO PARA O ANO LETIVO 2024/2025, ao abrigo da al) gg, do n.º1, do art.33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o estipulado no n.º 1 do art. 21.º do Dec-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual;

2) - Proceder à sua remessa para o Conselho Municipal de Educação para que este se possa pronunciar.

PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES

ANO LETIVO DE 2024/2025

1 – NOTA INTRODUTÓRIA

2 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3 - REDE ESCOLAR

4 - PROPOSTA DE TRANSPORTES ESCOLARES:

4.1 - CIRCUITOS ESPECIAIS (para alunos que não possuam forma de fazer o percurso entre a residência e a escola);

4.2 - CIRCUITOS ESPECIALIZADOS – TRANSPORTES ADAPTADOS E/OU ACOMPANHADOS – NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECÍFICAS;

4.3 – TRANSPORTE DOS ALUNOS DO 1.º CICLO DE VILA RUIVA E ALBERGARIA DOS FUSOS;

5 - ESTIMATIVA DO CUSTO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO DE 2024/2025.

6 – MAPAS GEOGRÁFICOS (conforme art. 19.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual).

1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Plano de Transportes Escolares é um instrumento de planeamento da oferta do serviço de transporte entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário.

O artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 estabelece, quanto aos transportes escolares, que *“A organização e o controlo do funcionamento dos transportes escolares são da competência das câmaras municipais da área de residência dos alunos (...)”*;

A delegação de competência definida pelo decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, atribuí às câmaras municipais o transporte de alunos com necessidades de saúde especiais, nas vertentes adaptado e/ou acompanhado, mediante seleção realizada pelas escolas da DGEstE;

No dia 5 de janeiro de 2024, foi publicada a Portaria n.º 7-A/2024, que estabelece que o transporte escolar é gratuito para todos os estudantes dos 4 aos 23 anos, inclusive, e disponibiliza duas modalidades de passe, a Sub 18+TP e a Sub 23+TP, que permitem a isenção do pagamento dos títulos mensais, intermodais ou monomodais, existentes nos serviços de transporte público coletivo de passageiros que satisfaça as suas necessidades de deslocação casa-escola.

De acordo com o art. 7.º, n.º 3 da referida Portaria, os municípios, veem-se desonerados de uma parte significativa dos encargos com o transporte escolar previsto no Decreto - Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual.

Considerando o enquadramento legal em vigor, designadamente, Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nas suas redações atuais, cumpre ao Município de Cuba proceder, em cada ano letivo, à elaboração do Plano Municipal de Transportes Escolares que vigora por ano letivo, conforme calendário escolar aprovado pelo Ministério da Educação.

Este plano enquadra-se num conjunto de medidas adotadas pelo município destinadas às famílias, com apoios regulares em diversas áreas, a par de outros específicos, como a garantia do transporte escolar gratuito para todos os alunos do concelho, incluindo em circuitos especiais, transporte adaptado e/ou acompanhado.

O presente Plano de Transportes Escolares será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 56º e do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual e à aprovação da Câmara Municipal de Cuba, nos termos do n.º 1 do artigo 21º do mesmo diploma.

Atento ao exposto, a previsão para o ano letivo de 2024/2025, deverá abranger um total de 15 estudantes e uma despesa que terá um valor estimado de **17 634,70 €** repartida por dois anos, estando previstos encargos de 7.053,88 euros em 2024 e de 10.580,82 euros em 2025.

2 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação, estatui, no artigo 33.º, n.º 1, alínea gg), que *“Compete à câmara municipal (...) gg) Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;”*;

A Lei n.º 85/2009 de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 65/2015, de 03 de Julho, estabelece o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade de educação pré-escolar para crianças a partir dos 4 anos;

O Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto, concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, designadamente o Plano de Transporte Escolar;

De acordo com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, *“O Plano de Transporte Escolar é, a nível municipal, o instrumento de planeamento da oferta de serviço de transporte entre o local da residência e o local dos estabelecimentos de ensino da rede pública, frequentados pelos alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, salvo quando existam estabelecimentos de ensino que sirvam vários concelhos, casos em que tal instrumento assume nível intermunicipal.”*;

O n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei supramencionado estabelece que o Plano de Transporte Escolar tem como objetivo *“assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva”*. Acrescentando o n.º 2 desta norma que *“O Plano de Transporte Escolar conjuga e complementa a rede de transportes públicos e outros planos de transportes em vigor na respetiva área de abrangência.”*;

Quanto às condições de acesso, dispõe o artigo 20.º, n.º 1, que *“A elaboração do Plano de Transporte Escolar baseia-se nos seguintes pressupostos:*

- a) *Gratuidade para os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino que frequentam;*
- b) *Gratuidade para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a*

sua condição o exija;

- c) *Inelegibilidade para os benefícios previstos nas alíneas anteriores dos alunos que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrículas.*

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa. Este diploma legal identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

3 - REDE ESCOLAR

O Município de Cuba tem uma área de 170 Km², é formado por quatro freguesias: Cuba, Faro do Alentejo, Vila Alva, Vila Ruiva/ lugar de Albergaria dos Fusos.

É uma zona de freguesias rurais com baixa densidade populacional associada a uma fraca acessibilidade em termos de transportes.

O Município de Cuba implementa medidas complementares de apoio ao transporte escolar, de forma a cumprir os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de garantir o direito à igualdade de oportunidades, a equidade educativa, que alarga a política de apoio às famílias, viabilizando o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar.

Na elaboração do referido plano estão subjacentes as informações fornecidas pelo Agrupamento de Escolas de Cuba.

ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

HORÁRIO ESCOLAR

Concelho de Cuba

Freguesia	Lugar	Tipo de Estabelecimento	Horário Escolar
Cuba	Cuba	Escola Básica Fialho de Almeida	8h30m – 17h30m
Faro do Alentejo	Faro do Alentejo	EPE e 1.º Ciclo E.B.	9h-12h/14h -17h30 m

Vila Alva	Vila Alva	EPE e 1.º Ciclo E.B.	9h-12h/14h -17h30 m
Vila Ruiva	Vila Ruiva	EPE	9h-12h/14h -17h30 m

4 - PROPOSTA DE TRANSPORTES ESCOLARES

4.1 - CIRCUITOS ESPECIAIS (para alunos que não possam fazer o percurso entre a residência e a escola);

Os circuitos especiais, surgem por força dos locais de origem se inserirem em aglomerado disperso e isolado, podendo estar a mais de 3 Km de passagem de Itinerários Públicos ou, pelo facto de não serem servidos por esse tipo de transportes. Falamos em especial de *Montes*, através dos chamados *Circuitos Especiais*, na área territorial do concelho.

Estes circuitos são efetuados por motorista e veículo do Município, dada a inexistência de transporte público na área onde residem.

Alunos que frequentam estabelecimentos no concelho													
Transportados em Veículo da Câmara Municipal de Cuba													
- Circuitos Especiais -													
Percurso	Distância em Km	Tempo de Transporte		Código	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		TOTAL
		Horas	Minutos		-	+	-	+	-	+	- 13	+ 13	
Monte do Ruivo Cuba	10		15	VC	—	—	1						1
TOTAL GERAL													4

VC – Veículo da Câmara

4.2 - CIRCUITOS ESPECIALIZADOS – TRANSPORTES ADAPTADOS E/OU ACOMPANHADOS – NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIFICAS;

A delegação de competências definida pelo decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, atribuí às câmaras municipais o transporte de alunos com necessidades de saúde especiais, nas vertentes adaptado e/ou acompanhado, mediante seleção realizada pelas escolas da DGEstE.

O Município garante a oferta de transporte adaptado e/ou acompanhado aos alunos residentes no concelho de Cuba, matriculados no Agrupamento de Escolas de Cuba ou noutra estabelecimento escolar que responda às suas necessidades educativas.

À data da elaboração deste Plano prevê-se um circuito adaptado para um aluno de Vila Ruiva para Cuba (3.º ciclo do EB) e para uma aluna de Cuba para Beja, por força da especificidade do seu problema de saúde.

Alunos que frequentam estabelecimentos no concelho e fora dele													
- Circuitos Adaptados -													
Percurso	Distância em Km	Tempo de Transporte		Código	1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		TOTAL
		Horas	Minutos		- 13	+ 13	- 13	+ 13	- 13	+ 13	- 13	+ 13	
Cuba-Beja	20		25		1								1
Vila Ruiva - Cuba	12		20							1			1
TOTAL GERAL													2

4.3. – TRANSPORTE DOS ALUNOS DO 1.º CICLO DE VILA RUIVA E ALBERGARIA DOS FUSOS PARA A ESCOLA DE VILA ALVA E ESCOLA SEDE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CUBA

Aos alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, quando o encerramento das escolas de origem obrigue à frequência de outros estabelecimentos de ensino, e por forma a dar resposta às necessidades concretas de algumas famílias, a Câmara Municipal de Cuba assume com o seu transporte próprio as deslocações dos alunos do 1.º ao 4.º ano, de Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos para a escola sede do agrupamento em Cuba ou EB de Vila Alva e vice-versa.

Considerando que a situação se manterá para o próximo ano letivo, será da mesma forma efetuado o transporte destes alunos por motorista e veículo do Município.

<p>Alunos do 1.º Ciclo de Vila Ruiva e Albergaria que frequentam a escola sede EB Fialho de Almeida e a EB de Vila Alva (1.º ao 4.ºano) Transportados em Veículo da Câmara Municipal (VC)</p>													
Percurso	Distân- cia em Km	Tempo de Transporte		Có- digo	1º Ci- clo		2º Ci- clo		3º Ci- clo		Secun- dário		TO- TAL
		Ho- ras	Minu- tos		-	+	-	+	-	+	-	+	
					1 3	1 3	1 3	1 3	1 3	1 3	13	13	
Alunos do 1.º ciclo de V. Ruiva c/Al- bergaria para V. Alva /Cuba	12	----	20	VC	1 3	—	— —	—	—	— —	0	— —	13
TOTAL													13

VC – Veículo da Câmara

5. ESTIMATIVA DO CUSTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

Por força da Portaria n.º 7-A/2024, que estabelece que o transporte escolar é gratuito para todos os estudantes dos 4 aos 23 anos, a estimativa de custo para o ano letivo de 2024/2025, este não engloba os gastos com os passes escolares dos alunos do Ensino Básico e secundário, foi elaborada apenas para os circuitos que irão funcionar:

- Táxi (*ainda sem previsão de utilização*)
- Veículo Camarário

CIRCUITO		N.º pre- visível de alu- nos	CUSTO	N.º MESES	CUSTO
			MENSAL CMC		ANO
	N.º de cir- cuitos	CIRCUITOS ESPECIAIS			

CUBA-MONTE RUIVO-CUBA	1	1	364,20 €	10	3 642,00 €
CUBA-ALBERGA- RIA-V.RUIVA-VILA ALVA-CUBA	1	12	1 291,63 €	10	12 916,30 €
TOTAL	2	13	1 655,83 €	10	16 558,30 €
	N.º de cir- cuitos	CIRCUITOS ESPECIALIZADOS			
CUBA - VILA RUIVA - CUBA	1	1	107,64	10	1 076,40 €
CUBA - BEJA - CUBA	1	1	SEM VALOR	10	0,00 €
TOTAL	2	2		10	1 076,40 €
SUB-TOTAL	4	15	1 655,83 €	10	17 634,70 €

6 - MAPAS GEOGRÁFICOS

(conforme art. 19.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual)

8. PROGRAMA: FÉRIAS JOVENS - VERÃO 2024. NORMAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO.

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª cristina Candeias, cujo teor se transcreve:

“O Município pretende desenvolver programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, promovendo hábitos de participação cultural e desportiva de uma forma generalizada na população mais jovem, nos períodos de interrupção letiva.

O programa tem por objetivo principal proporcionar à população jovem a ocupação dos tempos livres durante a interrupção letiva do Verão através da oferta de um conjunto de atividades físicas ou desportivas, artísticas ou culturais ou outro tipo de atividades (atividades na natureza, TICs, Proteção Civil, entre outras).

As normas constantes no documento, em anexo, estabelecem o processo do funcionamento e regras gerais que devem ser observadas na realização do programa “FÉRIAS JOVENS - VERÃO 2024”, que decorre no mês de julho.

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas deliberou aprovar as Normas Gerais de Funcionamento do Programa Férias Jovens – Verão 2024, ao abrigo do art. 33.º, n.º 1, al e) e u), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, que adiante se transcrevem.

NORMAS GERAIS DE FUNCIONAMENTO


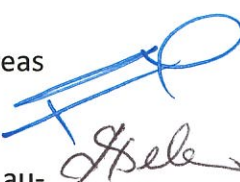


Nota Introdutória

O Município pretende desenvolver programas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, promovendo hábitos de participação cultural e desportiva de uma forma generalizada na população mais jovem, nos períodos de interrupção letiva. A realização das atividades culturais, lúdicas e desportivas contribuirão para o desenvolvimento da formação social, pessoal e educativa de todos os participantes, fomentando também a aquisição de estilos de vida saudáveis.

Artigo 1º

Objeto

1. O presente quadro normativo estabelece o processo do funcionamento e regras gerais que devem ser observadas na realização do Programa “FÉRIAS JOVENS - Verão”.
2. O programa tem por objetivo principal proporcionar à população jovem a ocupação dos tempos livres durante as interrupções letivas através da oferta de um conjunto de atividades:
 - a) Atividades físicas e desportivas;
 - b) Atividades lúdicas e artísticas;
 - c) Atividades culturais;
 - d) Atividades de sensibilização ambiental; entre outras.
3. Pretende-se assegurar os seguintes objetivos específicos:
 - a) Proporcionar a integração e interação social dos jovens através da sua participação em atividades de grupo;
 - b) Incutir uma cultura de hábitos e estilos de vida saudáveis no processo de desenvolvimento dos jovens ao nível da sua saúde e qualidade de vida;

- 
- 
- 
- 
- c) Desenvolver a educação e a formação das crianças e jovens em diversas áreas (e.g., desporto, música, ambiente, entre outras);
- d) Promover a participação desportiva regular nos jovens com o consequente aumento dos índices de prática desportiva no concelho de Cuba.

Artigo 2º

Entidade organizadora/promotora

O Município de Cuba é entidade organizadora/promotora do Programa FÉRIAS JOVENS - Verão”.

Artigo 3º

Parcerias

O Município de Cuba pode estabelecer parcerias com Associações, Entidades ou outros de interesse para a realização de atividades conjuntas.

Artigo 4º





Destinatários

1. Este programa destina-se a todas as crianças e jovens residentes no concelho de Cuba com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.
2. De acordo com o n.º 1, estão igualmente abrangidas as crianças e jovens estudantes em estabelecimentos de ensino ou que representem entidades ou associações do concelho, mesmo que não residentes no concelho de Cuba, caso o número de inscrições dos residentes não seja igual ao limite das vagas.
3. Podem, ainda, em casos excecionais e devidamente justificados ser abrangidas crianças e jovens que não sejam incluídos nos números anteriores.

Artigo 5º

Inscrições

1. A participação é realizada mediante inscrição prévia obrigatória na Câmara Municipal de Cuba – Subunidade de Educação, em prazos a determinar, devidamente divulgados, de acordo com o período da interrupção letiva a que respeita.
2. A inscrição deverá ser formalizada e devidamente assinada pelo/a encarregado/a de educação ou representante legal do participante sendo efetuada através do preenchimento de impresso próprio disponível no local designado no número anterior.

- 
- 
- 
- 
3. No ato da inscrição deve ser apresentado o Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão ou Cédula de Nascimento e Declaração da Segurança Social com o posicionamento da criança no Escalão da Prestação Familiar - Abono de Família, para efeito da aplicação da devida comparticipação estipulada de acordo com o artigo seguinte.
 4. A existência de falsas declarações no ato da inscrição implica a anulação da mesma e a impossibilidade de participação no programa.

Artigo 6º

Comparticipações

1. A frequência das atividades no âmbito do Programa em causa, implicam uma comparticipação por parte do Encarregado de Educação equivalente a um período mínimo obrigatório semanal (pagamento semanal independentemente do número de dias de frequência por parte da criança/jovem).
2. A comparticipação semanal é atribuída de acordo com o escalão do abono de família a que acresce o valor da refeição, caso seja necessário, designadamente:

Frequência semanal

- Escalão 1 do Abono de Família - 2,00 €
- Escalão 2 do Abono de Família - 5,00 €
- Escalão 3 ou + e sem Abono de Família - 8,00 €

Alimentação: Valor equivalente ao da refeição escolar diária (de acordo com o valor em prática durante o ano letivo).

- A reserva e o pagamento das refeições são efetuados na Escola Básica Fialho de Almeida, com 3 dias úteis de antecedência, utilizando o cartão escolar ou os meios disponíveis para a respetiva reserva e pagamento.

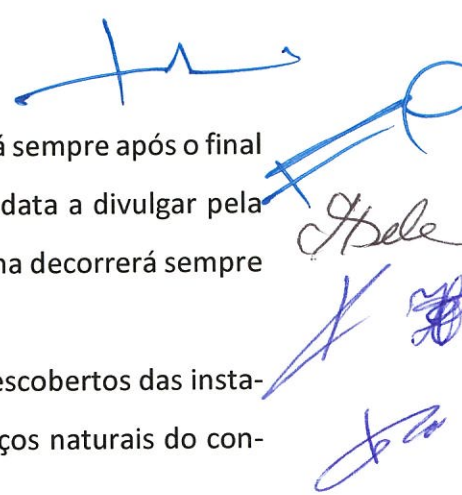
Atividades: O pagamento da frequência nas atividades é efetuado na Câmara Municipal de Cuba, até 3 dias úteis antes do início da frequência no programa.

3. As visitas de carácter pedagógico, com custos associados, serão suportadas pelo/a Encarregado/a de Educação ou representante legal do/a participante.

Artigo 7º

Período e Organização das atividades

1. O programa decorrerá nos períodos das interrupções letivas do 1.º ciclo, definidos anualmente pelo Ministério de Educação e Agrupamento de Escolas.

- 
2. No “Férias Jovens” o desenvolvimento das atividades decorrerá sempre após o final de cada período letivo para o 1.º ciclo do Ensino Básico, em data a divulgar pela entidade promotora. Na interrupção letiva do verão o programa decorrerá sempre durante o mês de julho.
 3. A realização das atividades decorrerá em espaços cobertos/descobertos das instalações desportivas, sociais, culturais do Município e nos espaços naturais do concelho de acordo com o cronograma de atividades.
 4. Poderão existir atividades dentro e fora do concelho que necessitem de transporte e que serão comunicadas, com a devida antecedência, aos Encarregados de Educação, aquando da sua programação. Os/As participantes são sempre acompanhados/as pelos elementos da equipa que os/as supervisionam e transportados/as em autocarros que cumprem todas a legislação em vigor sobre o transporte de crianças.
 5. Apesar de não ser obrigatório, para melhor comodidade e por questões de segurança nas viaturas /autocarros, solicitamos que as crianças com idade inferior a 12 anos e altura inferior a 1,35 metros tragam assentos elevatórios (identificado) para todas as viagens programadas.
 6. As atividades serão desenvolvidas com uma inscrição mínima de 15 (quinze) participantes.
 7. No máximo poderá haver 50 crianças participantes, dos 6 aos 14 anos.
 8. As atividades estão estruturadas da seguinte forma, de segunda a sexta-feira:
 - a) 10h – 12h30m/13h00m – Atividades no período da manhã (acolhimento das 8h30m-10h00m, na sala das AAAF/CAF, na escola Básica Fialho de Almeida em Cuba);
 - b) 12h30m/13h00m – 14h00m – Almoço;
 - c) 14h00m – 16h30m – Atividades no período da tarde (das 16h30m-17h30, para os participantes que necessitarem de esperar pelos pais, aguardam na sala das AAAF/CAF, na escola Básica Fialho de Almeida em Cuba);
 9. A estruturação referida no número anterior poderá ser alterada quando se verificar necessidade de tal, sendo devidamente publicitado e informados/as os/as participantes.
 10. Os almoços serão servidos no Refeitório da Escola Básica Fialho de Almeida- Cuba.

11. A Câmara Municipal de Cuba reserva-se no direito de efetuar alterações ao programa de atividades do Férias Jovens, quando não seja possível realizá-las em segurança, ou por motivos de condições climatéricas, ou até de o cancelar em casos devidamente justificados, sendo devidamente publicitado e informados/as os/as participantes.

Artigo 8º

Desistências

O/A Encarregado/a de Educação ou Representante Legal do/a participante, pode desistir da inscrição no programa comunicando essa intenção à entidade promotora do mesmo nas seguintes condições:

1. Para as comunicações de desistência ou não comparência nas atividades por motivo de doença, deverá ser entregue certificado de doença, para haver lugar ao reembolso das despesas já pagas pelas semanas em que não frequentou.
2. A não comparência nas atividades por outro motivo que não o indicado no ponto anterior não há lugar a qualquer reembolso.

Artigo 9º

Constituição de Grupos

1. Os/As participantes podem ser distribuídos/as por grupos de acordo com o seu escalão etário, se aplicável.
2. O/os grupo/os será/ão permanentemente acompanhado/os por uma equipa constituída por pelo menos um ou dois monitores/animadores.

Artigo 10º

Direitos e deveres dos participantes

1. Constituem direitos dos/as participantes inscritos no programa:
 - a) Participação e integração nas atividades previstas no programa;
 - b) Acompanhamento pelos monitores;
 - c) Seguro de acidentes pessoais;
2. Constituem deveres dos/as participantes:
 - a) Estar munido do vestuário adequado às atividades desportivas e lúdicas previstas;
 - b) Trazer lanches para a manhã e tarde, bem como uma garrafa de água;
 - c) Não levar para as atividades bebidas alcoólicas;

d) Não levar para as atividades objetos cortantes, tais como canivetes, navalhas e outros similares;

e) Cumprir com as instruções e orientações transmitidas pelos responsáveis presentes nos diversos locais de realização das atividades;

f) Cumprir com os horários estabelecidos, caso contrário caberá ao representante legal o encargo e responsabilidade de transportar o participante ao local da atividade;

g) Cumprir as prescrições das presentes normas gerais de funcionamento e dos respectivos espaços onde decorrem as atividades.

3. As eventuais despesas extraordinárias decorrentes de atos contrários ao funcionamento do programas "Férias Jovens" e/ou incumprimento dos deveres do participante, tais como danos de material, equipamento ou infra-estruturas, despesas médicas/assistência médica, serão da exclusiva responsabilidade dos representantes legais.

4. Por impossibilidade de comparência da pessoa que habitualmente vem buscar a criança, aquela deverá avisar, antecipadamente por escrito, indicando a pessoa responsável que a substituirá.

5. As crianças e jovens não podem permanecer nas atividades quando se encontrem doentes ou apresentem estado febril e ainda sejam portadoras de parasitas ou de doenças infectocontagiosas.

6. Em situação de doença súbita da criança será contactado/a o/a encarregado/a de educação, a fim de se tomarem as devidas providências. Caso a situação se revele aparentemente grave será pedida a intervenção dos Serviços do Instituto Nacional de Emergência Médica (112).

7. Os serviços não se responsabilizam pelo eventual desaparecimento de objetos trazidos pelas crianças e jovens.

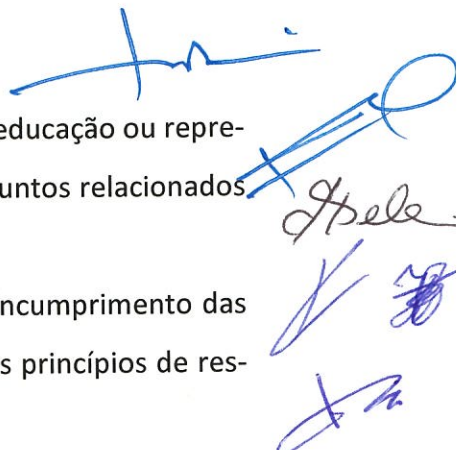
8. Os/As participantes devem respeitar todas as informações e ordens dadas pelos animadores/monitores de acordo com os seus direitos e deveres.

Artigo 11º

Direitos e deveres da entidade organizadora/promotora

1. O Município de Cuba, através dos serviços municipais competentes tem o direito de:

a) Efetuar a cobrança dos valores relativos à participação nas atividades e alimentação;

- 
- b) Usar os contactos telefónicos e eletrónicos dos encarregados de educação ou representantes legais dos participantes, sempre que necessário para assuntos relacionados com a inscrição e participação dos seus educandos;
- c) Suspende temporariamente ou excluir os/as participantes por incumprimento das presentes normas e dos regulamentos dos espaços, bem como, dos princípios de respeito e sã convivência com as pessoas envolvidas no programa.

2. Constituem deveres do Município de Cuba:

- a) Elaborar o programa em conjunto com as entidades locais parceiras;
- b) Divulgar o programa;
- c) Planear e organizar os processos de inscrições;
- d) Afetar os meios técnicos e humanos necessários ao desenvolvimento do programa;
- e) Providenciar um seguro de acidentes pessoais.

Artigo 12º

Informação e tratamento de dados pessoais

1. Os dados pessoais recolhidos no âmbito do processo de candidatura das Férias Jovens, serão tratados ao abrigo do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).
2. A recolha, processamento e utilização dos dados pessoais são exclusivamente para o fim específico do Programa.

Artigo 13º

Cedência e direitos de imagem

A captação/recolha de sons e imagens das crianças e jovens em suporte de vídeo e fotográfico no decorrer das atividades integradas no programa Férias Jovens são utilizadas para efeitos promocionais e de forma gratuita em todos os suportes comunicacionais/divulgação da Câmara Municipal de Cuba, reservando sempre o direito à sua boa imagem e integridade.

Artigo 14º

Livro de reclamações

Nos termos da legislação em vigor, e sempre que solicitado por encarregados de educação ou representantes legais dos participantes, o livro de reclamações está nos Paços do Concelho no edifício da Câmara Municipal.

Artigo 15º

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação e interpretação das presentes normas serão resolvidos pelo Presidente da Câmara Municipal ou pelo Vereador com competências delegadas nas áreas da Educação.

9. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE CUBA E A CÁRITAS DIOCESANA DE BEJA.

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.^a Ana Baião, cujo teor se transcreve: -----

“Atendendo ao protocolo de colaboração celebrado, em 2019, entre a Câmara Municipal e a Cáritas Diocesana de Beja, o mesmo tem-se mantido até à data sem necessidade de alterações. Atualmente, face às respostas sociais que a Cáritas Diocesana de Beja desenvolve e tendo em conta a transferência de competências na ação social, e as problemáticas com as quais o Serviço de Ação Social e Saúde do município trabalha diariamente, considera a Cáritas Diocesana de Beja, agora relevante efetuar uma adenda ao Protocolo de Colaboração para o ano de 2024. Este protocolo tem como objetivo difundir o território de abrangência das respostas sociais da Cáritas Diocesana de Beja no Município de Cuba, de forma a suprir necessidades, aos níveis constantes no Protocolo que se remete em anexo, cujas alterações estão refletidas essencialmente na cláusula primeira, segunda e terceira. As alterações do protocolo a apreciar surgem do aumento da comunidade imigrante no concelho de Cuba, necessitando uma resposta mais adequada tendo em conta as especificidades que apresentam.

Mais se informa que este trabalho já vinha a ser desenvolvido entre o SASS do Município de Cuba e a Cáritas Diocesana de Beja, ficando agora especificado no presente Protocolo. Caso as alterações sejam aprovadas, deverá o Protocolo apresentado ser devidamente assinado pelas entidades intervenientes.

Face ao atrás exposto, cumpre-me concluir:

- Considerando que o presente Protocolo se enquadra no âmbito das competências previstas da alínea v) do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente “Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social”.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Cuba e a Cáritas Diocesana de Beja, com as devidas alterações.

Protocolo entre a Cáritas Diocesana de Beja e a Câmara Municipal de Cuba

Considerando que a Cáritas Diocesana de Beja:

1. Possui seis (6) respostas sociais com abrangência territorial ao concelho de Cuba;
2. As respostas sociais abrangem diferentes públicos e problemáticas com as quais os serviços sociais do município trabalham diariamente, nomeadamente; • Comunidade Terapêutica “Horta Nova” para tratamento de pessoas do sexo masculino com dependências ativas de alcoolismo ou estupefacientes, • Comunidade de Inserção para acolhimento de pessoas em situação de grande vulnerabilidade social, • Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas como um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal e assenta numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar • Serviço de Apoio Social Diocesano que se destina a apoiar pessoas ou famílias que se encontrem em situação de inesperada carência económica e social; • Centro de Alojamento e Emergência Social; • Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, que se destina ao atendimento e acolhimento de migrantes.
3. Pretende disseminar as suas valências de forma a dar cobertura social, resposta e, desta forma, suprir necessidades de alimentos, alojamento e tratamento a dependências, bem como no acolhimento e integração de migrantes, promovendo a integração e coesão social das pessoas;
4. Dispõe de equipas técnicas multidisciplinares e com atendimento itinerante que se podem deslocar ao concelho de Cuba;

Considerando as atribuições e competências da Câmara Municipal de Cuba, contidas nas alíneas g) e h) no n.º 2 do art.º 23 e na alínea u) e v) do art.º 33, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

É estipulado e reciprocamente aceite o presente Protocolo, entre

1ª Outorgante: A Cáritas Diocesana de Beja, Instituição Particular de Solidariedade Social, com o número fiscal 500 918 449, com sede na rua Afonso Lopes Vieira, n.18 – 7800 – 273 Beja, representada por Isaurindo Oliveira, na qualidade de Presidente da Direção; e

2ª Outorgante: Câmara Municipal de Cuba, NIF: 500 832 935 com sede em Rua Serpa Pinto n.º 84, em Cuba, representada, neste ato, por João Português, na qualidade de

Presidente da Câmara Municipal de Cuba; Que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Finalidades)

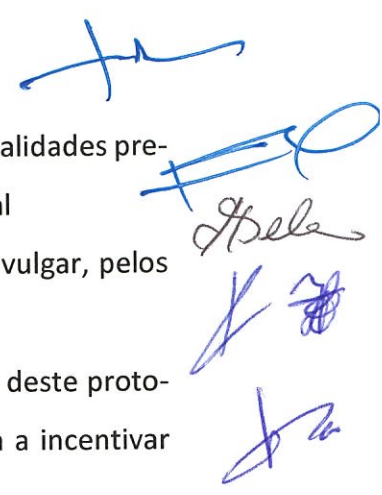
O presente protocolo tem como finalidades:

1. Promover esforços concertados entre os 2 subscritores deste protocolo, na prestação de informação, divulgação e atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, disponibilizando a Cáritas Diocesana de Beja, os serviços abrangidos por este protocolo, que permitam suprir as necessidades dos residentes no concelho de Cuba.
2. No âmbito da ação itinerante do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da Cáritas Diocesana de Beja, disponibilizar um técnico quinzenalmente para atender os migrantes, garantindo o acolhimento e integração da população migrante residente no território.
3. Promover a interculturalidade através de iniciativas de conhecimento e interação positiva entre munícipes, bem como de formação e promoção de competências interculturais, reconhecendo e valorizando as diversidades sociais, culturais, linguísticas e religiosas como meio de desenvolvimento e coesão social e local.
4. Conhecer a realidade social da área de abrangência do concelho de Cuba, contribuindo para a elaboração do diagnóstico social do município e para o conhecimento da rede Cáritas;
5. Identificar, sinalizar, intervir e encaminhar para os serviços correspondentes os casos sociais do concelho de Cuba;
6. No âmbito das suas competências, a Câmara Municipal compromete-se a facultar meios técnicos, humanos e logísticos, nomeadamente disponibilizar um espaço físico com meios informáticos para a realização dos atendimentos, de forma a prestar o apoio necessário para a materialização deste projeto.

Cláusula Segunda (Beneficiários)

São considerados beneficiários deste protocolo, por um lado, as pessoas e famílias do concelho de Cuba em situação de grande vulnerabilidade social, imigrantes que precisem de apoio nas várias áreas de intervenção do CLAIM e, por outro, as entidades envolvidas neste protocolo, os técnicos que partilham conhecimento entre si e os parceiros da rede social do concelho de Cuba.

Cláusula Terceira (Benefícios e Condições)

- 
1. Os signatários do presente protocolo desenvolverão, em parceria, as finalidades previstas, de forma a mitigar os efeitos negativos da pobreza e exclusão social
 2. Ambas as entidades signatárias deste protocolo se comprometem a divulgar, pelos seus meios de promoção, os serviços prestados;
 3. A Câmara Municipal de Cuba compromete-se a referenciar, no âmbito deste protocolo, junto de empresas do concelho, os objetivos do mesmo, de forma a incentivar boas práticas no quadro da responsabilidade social;
 4. A Cáritas Diocesana de Beja e a Câmara Municipal de Cuba acordam entre si a promoção da dignidade humana e o sigilo da intervenção realizada ao abrigo da legislação em vigor;

Cláusula Quarta (Prazo e Renovação)

O presente protocolo produz efeito a partir da data da sua assinatura e é válido pelo prazo de um ano, considerando-se renovado automaticamente pelo mesmo período, sempre que não for denunciado automaticamente por qualquer uma das partes, com a antecedência de, pelo menos, 30 (trinta) dias.

Feito em duplicado Beja, junho de 2024 (1ª Outorgante) (2ª Outorgante) Cáritas Diocesana de Beja e Câmara Municipal de Cuba
(Isaurindo Oliveira) (João Manuel Casaca Português)

10. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA. PEDIDO DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE UMA “SARDINHADA” NO PRÓXIMO DIA 29 DE JUNHO. -----

Foi presente à Câmara a Informação do Coordenador Técnico José Roque cujo teor se transcreve: -----

“A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cuba está a planear a realização de uma “Sardinhada” no próximo dia 29 de junho. Este evento tem como objetivo a angariação de fundos para a Associação, visando melhorar a capacidade de resposta e dinamizar a comunidade. Para a concretização deste evento, solicitam o apoio da Câmara Municipal nas seguintes áreas: - Instalação de um palco e sistema de som; - Isenção de licenças necessárias para a realização do evento; - Apoio na criação e divulgação do cartaz do evento; - Cedência de mesas corridas para os participantes. -----

A Câmara, por maioria, face ao impedimento do Vice-presidente em virtude do cargo

que ocupa na associação, deliberou:

(1) Autorizar a ocupação de via pública, nos termos do disposto na alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, uma vez que, no âmbito das competências materiais, compete à Câmara "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal";

(2) Emitir, na sequência de despacho que determinar a vistoria prévia, a licença de recinto improvisado, de acordo com o disposto Decreto-lei 268/2009, de 29 de setembro, desde que o processo se encontre instruído com os documentos de junção obrigatória, que constam das alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo articulado, designadamente a apólice de seguro.

(3) Emitir as licenças Especiais de ruído, de acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei 278/2007 de 01/08;

(4) Isentar, tendo em conta o objeto social da associação e o serviço que presta à comunidade, do pagamento de taxas, nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba.

11. CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE VILA ALVA, PEDIDO DE APOIO NO EVENTO "A NOSSA RUA".

Foi presente à Câmara a Informação do Coordenador Técnico José Roque cujo teor se transcreve:

"O Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva, parceiro no evento "a nossa rua", organizado pela animadora do pólo escolar de Vila Alva, Cristina Fonseca, vem por este meio requerer as licenças necessárias para a realização do evento e respetivas isenção. - Licença de ruído para os dias 7, 8 e 9 de junho das 22h às 2h da madrugada, - Licença de ocupação de via para os dias 6,7,8,9,10 e 11 de junho - Licença de recinto improvisado para os dias 7,8 e 9 de junho.

Do enquadramento da pretensão resulta o seguinte:

A Ocupação de Via Pública: Compete à Câmara, nos termos da alínea ee) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, no âmbito das competências materiais: "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de

energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;

A Licença de Recinto improvisado: O Decreto-lei 268/2009, de 29 de setembro, estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e procede à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 309 /2002, de 16 de dezembro, que regula a instalação e o funcionamento de recintos de espetáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais, devendo, para cumprimento do aí determinado, o processo ser instruído com os documentos de junção obrigatória, que constam das alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 15.º do mesmo articulado, bem como a fotocópia da apólice do seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais. A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9 /2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. A Isenção do pagamento de taxas: Refere o n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, as isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados devidamente instruídos e fundamentado.”

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu o pedido.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Presidente da Câmara. -----

12. MARIA JOSÉ SANTOS. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO EVENTO “A NOSSA RUA”. -----

Foi presente à Câmara a informação da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

“Solicita a Sra. Maria José Santos, a emissão de uma licença especial de ruído para a realização das festividades do evento “A Nossa Rua”, para o dia 08 de junho, no horário compreendido entre as 22h do dia 08/06 e as 02,00h do dia 09/06/2024, no Centro Cultural e Desportivo de Vila Alva. Para além do determinado no n.º 2 do DL 9/2007 de 17/01 na redacção do DL 278/2007 de 01/08, artigo 15.º, n.º 2, a licença especial de ruído é requerida pelo interessado com a antecedência mínima de 15 dias úteis relativamente á data de início da actividade, deliberou a Câmara de 16/08/12, o seguinte que passo a transcrever: “deverá a pretensão ser solicitada com pelo menos 15 dias de antecedência, sob pena de ser indeferido liminarmente o pedido que seja apresentado para além desse prazo. Mais, atendendo ao facto dessa pretensão ter que ser articulada com o direito ao descanso dos moradores dos prédios confinantes, conforme determinado na lei e reforçado na última inspecção da IGAL ao Município de Cuba, deverá dar-se a saber aos mesmos destinatários que em regra serão deferidas situações que sejam devidamente fundamentadas e apenas até às 02horas, sendo que, em casos residuais, por altura de eventos de reconhecido interesse municipal possibilitado o alargamento desse horário. Deverá também reforçar-se junto dos mesmos o facto de que a realização de espectáculo musical em estabelecimento que não esteja licenciado para esse fim precisará sempre de licença de ruído se ocorrer em fim-de-semana e feriados, bem como depois das 20horas de qualquer dia útil.”

De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto –lei 278/2007 de 01/08, o exercício de actividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excepcionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município.

Atendendo à proximidade da data do evento, pode o Presidente da Câmara fazer uso do disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina: “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”, e remeter o despacho a que houver lugar para ratificação na próxima reunião de Câmara de 14 de junho de 2024.

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Vice-Presidente que deferiu o pedido.

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º

75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Vice-Presidente da Câmara. -----

13. JOSÉ MANUEL DOS REIS VIANA, PEDIDO DE PAGAMENTO FRACCIONADO DE DÍVIDA DE ÁGUA. -----

Foi presente à Câmara a informação da Assistente Técnica Lucinda Galandim, cujo teor se transcreve: -----

Solicita o Sr. José Manuel dos Reis Viana, filho que lhe seja permitido o pagamento fraccionado da dívida de água que está em nome da sua mãe Natália Viana com a morada fiscal sito no largo do Hospital n.º 6 em Vila Ruiva, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em prestações mensais, dado que, de momento, não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. Prevê o art.º 196 do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada que:

Artigo 196.º - Pagamento em prestações e outras medidas (...)

4 - O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização.

Artigo 197.º - Entidade competente para autorizar as prestações

1 - A competência para autorização de pagamento em prestações é do órgão da execução fiscal.

A Câmara, por unanimidade, com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento faseado, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

14. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ESTUDANTES.

1.º CICLO. APOIO PARA REFEIÇÕES ESCOLARES. ANO LETIVO 2023/2024. CANDIDATURAS ATÍPICAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.ª Cristina Candeias, cujo teor se transcreve:

Foram apresentados 3 pedidos, para o apoio em epígrafe para alunos do 1.º ciclo.

De acordo com o n.º 4 do artigo 3º do Regulamento de ASE, os requerimentos foram rececionados atendendo aos motivos apresentados (alteração de elementos do agregado familiar e transferência de escola).

São alunos pertencentes a agregados familiares integrados no 1.º e 2.º escalão de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família, que cumpram os requisitos para a comparticipação da Câmara, conforme quadros abaixo.

Escola Básica Fialho de Almeida - Cuba

Nome do Aluno	Cantina Escolar			
	Escalão do Abono de Família	Percentagem da comparticipação da CMC-art.5.º, n.º3, al.a) do Reg. ASE	Preço da refeição diária definido pelo MEC	Valor diário da comparticipação da CMC por refeição
Inês Sofia Dionísio Carapuça	II	50%	1,46 €	0,73 €
Pólo Escolar de Vila Alva				
Nome do Aluno	Cantina Escolar			
	Escalão do Abono de Família	Percentagem da comparticipação da CMC-art.5.º, n.º3, al.a) do Reg. ASE	Preço da refeição diária definido pelo MEC	Valor diário da comparticipação da CMC por refeição
Aureliana Agostinho Barão	I	100%	1,46 €	1,46 €
Misael Agostinho Barão	I	100%	1,46 €	1,46 €
Para os 28 dias letivos e os 44 dias não letivos de 20/05 a 31 de agosto (interrupção do verão) prevê-se uma comparticipação para o apoio na refeição no valor de: 262,80€				

Toda a documentação para instrução das candidaturas encontra-se arquivada no Serviço de Educação.

Encargo financeiro: Mais se informa que o encargo financeiro com as refeições (tendo por base o preço da refeição escolar e o n.º de dias letivos e não letivos, por força da

oferta das atividades de apoio à família nas interrupções do verão para 2023/2024) tem um valor estimado de 262,80€.

Na sequência da transferência de competências no domínio da educação, deixou de ser aplicável a averiguação da disponibilidade financeira para a comparticipação que cabe ao município.

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas à pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, deverá o órgão executivo deliberar em matéria de Ação Social Escolar - 1.º ciclo - no que respeita a alimentação, a estudantes, para ano letivo 2023/2024. -----

15. SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO REPORTADA A MAIO DE 2024. -----

Foi presente à Câmara a informação da Chefe da DAFC, Dr.ª Carmen Estrela, cujo teor se transcreve: -----

Fundamentação:

Enquadramento Legal: De acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 Setembro.

Relativamente ao assunto em epígrafe os Serviços da Contabilidade informam, que no período em análise a situação financeira do município se retrata da seguinte forma:

1.EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução orçamental, reportada a 31 de Maio de 2024 é a seguinte:

1.1. DESPESA

O montante global da despesa executada foi de 3.571.012,09 euros correspondentes a um grau de execução orçamental de 35,623%, conforme detalhado no quadro seguinte:

Controlo Orçamental da Despesa								
Código	Designação	Dotações corrigidas	Despesas pagas líquidas de reposições			Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
			Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
	Despesa corrente							
D011	Remunerações Certas e Permanentes	3 000 851,00	83 613,40	1 091 671,32	1 175 284,72	40 760,50	2,786	36,379
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	136 450,00	3 817,59	70 162,74	73 980,33	2 750,83	2,798	51,42
D013	Segurança Social	760 950,00	136 810,79	306 398,16	443 208,95	17 324,50	17,979	40,265
D02	Aquisição de bens e serviços	2 921 959,00	650 722,45	378 237,91	1 028 960,36	599 184,71	22,27	12,945
D03	Juros e outros encargos	137 169,00	3 812,50	44 688,37	48 500,87	3 618,65	2,779	32,579
D04111	Administração Central - Estado Português	13 647,00	7 644,40	0,00	7 644,40	0,00	56,02	0,00
D04115	Administração Local	263 393,00	52 986,24	6 433,34	59 419,58	48 702,48	20,117	2,442
D0412	Entidades do setor não lucrativo	291 913,00	27 852,66	73 136,27	100 988,93	39 745,43	9,541	25,054
D0413	Famílias	206 808,00	4 130,28	71 735,02	75 865,30	976,01	1,997	34,687
D0414	Outras	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D042	Subsídios correntes	6 750,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	0,00	0,000
D05	Outras despesas correntes	41 580,00	16 014,31	3 716,28	19 730,59	7 797,87	38,514	8,938
	Despesa de capital							
Total das Despesas Correntes		7 781 520,00	987 404,62	2 046 179,41	3 033 584,03	763 860,98	12,689	26,295
D06	Aquisição de bens de capital	1 223 041,85	292 199,00	53 489,43	345 688,43	130 613,41	23,891	4,373
D07115	Administração Local	95 014,00	9 750,00	18 700,00	28 450,00	11 455,99	10,262	19,681
D0712	Entidades do setor não lucrativo	64 084,00	18 000,00	11 191,61	29 191,61	0,00	28,09	0,00
D0713	Famílias	1 525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D0714	Outras	129 704,15	28 042,41	37 356,11	65 398,52	9 416,64	21,62	28,80
D08	Outras despesas de capital	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D09	Despesa com ativos financeiros	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
D10	Despesa com passivos financeiros	729 318,00	2 853,32	65 846,18	68 699,50	0,00	0,39	9,028
Total das Despesas Capital		2 242 787,00	350 844,73	186 583,33	537 428,06	151 486,04	15,643	8,319
Total Geral		10 024 307,00	1 338 249,35	2 232 762,74	3 571 012,09	915 347,02	13,35	22,273

Da análise efetuada ao mapa de execução da despesa relativa ao mês de Maio, destaca-se como relevante:

- As rubricas com maior peso na estrutura das despesas correntes são as *Despesas com Pessoal* (65,83%) e a *Aquisição de bens e Serviços* (33,92%).
- A rubrica de investimento apresenta um grau de execução reduzido, na ordem dos 28,26 %.

Ainda relativamente à despesa há a referir que :

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €116.572,24 ;
- A cabimentação atingiu à data 93,15% no que diz respeito a despesa corrente e 88,34%, no que diz respeito à despesa de capital;
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em 5.598.035,12 euros e 1.936.923,13 em despesa capital euros e representam relativamente ao orçamento corrigido 71,94% e 86,36% respetivamente. No que diz respeito aos compromissos a transitar ascendem à data a 3.048.599,14 euros;

- A faturação comunicada, não paga (obrigações por pagar) à data de 31/05/2023 ascende a € 915.347,02 sendo:

Despesa corrente: €763.860,98

Despesa capital: €151.486,04

Existe em pré registo, documentos por tratar, cujo valor ascende a €174.140,43€.

1.2. RECEITA

O montante global da receita executada foi de 3.683.569,39 euros, correspondentes a um grau de execução orçamental de 37,108 %. Em resumo o seguinte quadro:

Rúbrica	Descrição	Previsões	Receitas cobradas líquidas			Grau exec. orçamental	
		corrigidas					
			Períodos anteriores	Período corrente	Total	Períodos anteriores	Período corrente
	Receita corrente						
R011	Impostos diretos	957 357,00	0,00	111 326,12	111 326,12	0,00	11,628
R03	Taxas, multas e outras penalidades	149 293,00	2 270,06	50 273,14	52 543,20	1,521	33,674
R04	Rendimentos de propriedade	295 400,00	1 832,62	61 238,64	63 071,26	0,62	20,731
R05111	Administração Central - Estado Português	5 154 134,00	0,00	2 050 434,50	2 050 434,50	0,00	39,782
R05112	Administração Central - Outras entidades	44 245,00	0,00	35 639,62	35 639,62	0,00	80,551
R05113	Segurança Social	15 370,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R05115	Administração Local	5 335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R06	Venda de bens e serviços	1 355 830,00	31 521,26	314 529,47	346 050,73	2,325	23,198
R07	Outras receitas correntes	29 323,00	649,40	11 961,02	12 610,42	2,215	40,791
	Receita de capital						
R08	Venda de bens de investimento	999,35	0,00	4 066,54	4 066,54	0,00	406,92
R09111	Administração Central - Estado Português	1 299 701,00	0,00	386 871,35	386 871,35	0,00	29,766
R09112	Administração Central - Outras entidades	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09113	Segurança Social	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R09115	Administração Local	20 643,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R0913	Outras	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	75 531,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
R13	Receita com passivos financeiros	500 000,00	0,00	500 000,00	500 000,00	0,00	100
	Outras receitas						
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	120 955,65	0,00	0,00	120 955,65	0,00	100,00
	Total Receitas Correntes	8 006 287,00	36 273,34	2 635 402,51	2 671 675,85	0,453	32,917
	Total Receitas Capital	1 897 064,35	0,00	890 937,89	890 937,89	0,00	46,964
	Outras Receitas	120 955,65	0,00	0,00	120 955,65	0,00	100,000
	Total Geral	10 024 307,00	36 273,34	3 526 340,40	3 683 569,39	0,362	36,746

Da análise ao quadro supra, ressaltam como mais relevantes as seguintes situações:

- as Receitas Correntes registaram um grau de execução de 33,37% , tendo contribuído em particular para o efeito, as rubricas de *Transferências e Subsídios Correntes* (39,97%) e a *Venda de bens e serviços correntes* (25,52%) e;

- as Receitas de Capital, registaram, no fim do período em análise, um grau de execução de 46,96% , contribuindo principalmente para isso, a baixa percentagem de execução das *Transferências e subsídios de capital* no valor de 29,30%. A receita com passivos financeiros atingiu uma execução de 100%, em virtude da utilização das verbas pela totalidade do empréstimo de curto prazo.
- as receitas cobradas liquidas ascendem a 2.671.675,85 euros no que diz respeito a receitas correntes, 890.937,89 euros a receitas de capital e 120.955,65,00 a outras receitas. Encontra-se por cobrar 274.781,79 euros no final do período.

2. Limites ao Endividamento:

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro:

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Limite da dívida total para 2024:

Limite da dívida total (1,5*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Unidade: euro

Receita corrente líquida 2021	Receita corrente líquida 2022	Receita corrente líquida 2023	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.422.253,71	6.207.170,20	8.683.369,28	20.312.793,19	6. 770. 931,06

Limite da dívida total: €10 156 396,60

Ressalva-se que a alínea b) do nº3 do artigo 52º da LFL determina que os municípios que, em determinado exercício cumpram o limite da dívida total só pode aumentar, no exercício seguinte, o valor correspondente a 40% da margem disponível no ano, de acordo com o artigo 76º do OE 2024.

Situação do Município em 01-01-2024 :

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM Não Orçamentais	+Dívidas Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)		(6)=(4)-(5)
3.832.578,91	291.448,41	4.124.027,32		2.576,54	4.121.450,78

Situação do Município em 31-05-2024:

Unidade: euro

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM Não Orçamentais	+Dívidas Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)		(6)=(4)-(5)
3.840.480,66	201.445,21	4.041.925,87		2.714,94	4.039.210,93

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são:

AMCAL (participação de 22,05%): €105.235,83

AMGAP(participação de 1,98 %) :(sem informação);

CIMBAL (participação de 3,91%): €96.062,62;

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%):€0,00

AMPV(participação de 0,0751%):€146,76

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total.

Em relação à dívida conjunta foi tido em consideração a informação relativa ao 1º trimestre de 2024 fornecida pelas entidades participadas.

3. Pagamentos em atraso:

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

No que diz respeito ao período em análise, possui o Município pagamentos considerados em atraso, no montante de €483.821,33. Caso se mantenha esta situação, terá que ser respeitado o estipulado no artigo 59º do OE em vigor, até ao final de 2024 terá que ser efetuada a redução de 10% dos

pagamentos em atraso com mais de 90 dias (registados na plataforma da DGAL, em setembro de 2023), sob pena de retenção da receita proveniente das transferências do OE no montante equivalente ao do valor em falta.

4. Fundos Disponíveis:

Os Fundos disponíveis do período foram de: 621.330,16 euros, tendo sido absorvidos quase na sua totalidade.

5. Equilíbrio Orçamental:

No artigo 40º da Lei nº73/2013, de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), sob a epígrafe "Equilíbrio Orçamental", prevê-se o seguinte:

- 1- Os orçamentos das entidades do sector local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.
- 2- Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo.
- 3- O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.
- 4- Para efeitos do disposto no nº2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

Relativamente ao Mês de Maio a situação é a seguinte:

Descrição	Dados mês de Maio
A-receitas correntes cobradas	2.748.396,08
B-Despesas correntes pagas	3.033.584,03
C-Saldo corrente (A-B)	-285.187,95
D-Amortização média EMLP	221.842,91
E-Diferença (C-D)	-507.030,86
Controlo regra equilíbrio	Desequilíbrio Orçamental

A Câmara tomou conhecimento de:

- No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento de 7.955,51 euros em

relação ao saldo inicial;

- O município encontra-se à data com uma considerável execução orçamental da despesa, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da orientação da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses;
- À data existem pagamentos em atraso;
- No que respeita ao controlo da regra do equilíbrio, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio orçamental, tendo obrigatoriamente de compensar o saldo negativo verificado no exercício económico de 2023;
- No que diz respeito à dívida total, verifica-se um decréscimo de (-1,99%).

16. JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS ARAÚJO. PEDIDO DE APOIO PARA ELETRIFICAÇÃO DE PROPRIEDADE RURAL.

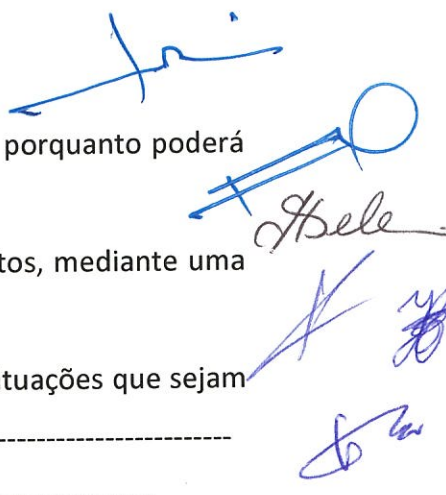
Foi presente à Câmara a informação do Dr. José Borracha, cujo teor se transcreve:

“Na sequência do pedido formulado junto da Câmara relativo à possibilidade de eletrificação da infraestrutura, propriedade rural (Álamo) na Freguesia de Faro do Alentejo, propriedade do Sr. José Augusto dos Santos Araújo foi realizado o contato pelo proprietário junto da EREDES a fim de aferir a viabilidade da ligação pretendida tendo resultado, após aceitação do proprietário, a execução dos trabalhos com o custo total de 1.880,02€ (mil oitocentos e oitenta euros e dois centimos) já com IVA à taxa legal em vigor conforme documentos em anexo. Na sequência da informação acima prestada, vem o Sr. José Araújo solicitar a colaboração do Município no pagamento dos trabalhos derivados da eletrificação pretendida, situação já verificada em outras ocasiões anteriormente.

Após análise do pedido formulado e, consultado os Serviços Jurídicos do Município que foi da opinião de condicionar o deferimento da pretensão à declaração de interesse municipal da intervenção e, atendendo ao princípio da proporcionalidade, propõe-se o Município comparticipar os trabalhos de eletrificação no valor de 20%.

Atendendo ao facto de que o local agora infraestruturado na componente elétrica poderá servir *à posteriori* mais munícipes em virtude da existência de prédios rústicos que confinam ou se situam na proximidade, os mesmos poderão usufruir do equipamento entretanto instalado bastando para isso, solicitar a ligação até ao seu prédio.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 
1. Declarar o interesse municipal na infraestrutura agora instalada porquanto poderá vir a servir outros munícipes que assim a solicitarem;
 2. Em função da deliberação anterior, determinar o apoio nos custos, mediante uma comparticipação de 20% do valor final pago;
 3. Determinar que a presente deliberação seja aplicável a futuras situações que sejam consideradas análogas à agora apresentada. -----

17. ANA PAULA SANTOS. PEDIDO DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DE VIA PUBLICA POR MOTIVO DE OBRAS. -----

O presente pedido diz respeito a uma ocupação de via pública com materiais de apoio a obra sito na Rua Miguel Bombarda nº 28 em Vila Ruiva, visitado o local não há inconveniente na dita ocupação com 4 m2 de via publica a circulação de pessoas e veículos estão asseguradas.

A Câmara, por unanimidade deliberou defira-se o pedido, nos termos da informação do Sr. Fiscal Luis Pestana. -----

18. INFORMAÇÃO SOBRE A DÍVIDA TOTAL AO MUNICIPIO. -----

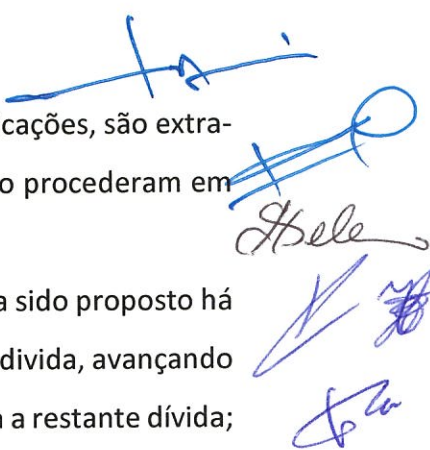
Foi presente à Câmara a Informação do Coordenador Técnico José Roque que se dá por integralmente reproduzida e ficará anexa a esta ata. -----

Junto se envia, para conhecimento e atuação, um conjunto de relações conforme adiante discriminadas: SEPARADOR 1 - PAGAMENTOS EM PRESTAÇÕES POR REALIZAR SEPARADOR 2 - PAGAMENTOS POR CONTA POR REALIZAR SEPARADOR 3 - RELAÇÃO DE GUIAS DE RECEITA EMITIDAS EM DÍVIDA SEPARADOR 4 - PROCESSOS INSTAURADOS EM EXECUÇÃO FISCAL SEPARADOR 5 - RELAÇÃO TOTAL COM OS DEVEDORES E VALORES SEPARADOR 6 - RELAÇÃO COM O RESULTADO DOS CORTES DE ÁGUA "EFETUADOS" SEPARADOR 7 - LISTAGEM DE PROCESSOS PARA EXTINÇÃO.

Chamamos a atenção para a informação específica de cada uma das relações, designadamente a do separador 5, onde consta a dívida total por entidade e o facto dos valores da dívida dos primeiros 25 devedores somar mais de € 100 000,00.

Merecem também alguma reflexão as observações constantes da listagem para cortes de água recentemente rececionada.

A Câmara, por unanimidade, deliberou:

- 
1. Tomar conhecimento de que, mensalmente, através das várias aplicações, são extraídas e enviadas notificações de todas as dívidas às entidades que não procederam em tempo devido ao seu pagamento;
 2. Determinar ao Gabinete Jurídico que, à semelhança do que já havia sido proposto há algum tempo a esta parte, atue em conformidade com a natureza da dívida, avançando com a penhora para as dívidas de natureza fiscal e com injunções para a restante dívida;
 3. Sensibilizar a parte operativa para a necessidade de serem cumpridas as ordens de corte do fornecimento que surgem na sequência de notificações já efetuadas.
 4. Determinar de forma objetiva como devem os serviços agir, relativamente aos planos de pagamento em incumprimento.

19. PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE SEDE PARA O CLUBE DE DESPORTO, CAÇA E PESCA DE CUBA.

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.^a Célia Escrevente, cujo teor se transcreve:

“Através de correspondência dirigida ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cuba, solicitou o Clube de Desporto, Caça e Pesca de Cuba a cedência de instalações para que possa continuar a desenvolver a sua atividade, em virtude de se ter visto obrigado a abandonar as instalações onde até aqui estava sediado.

No âmbito do apoio às diversas Associações que desenvolvem a sua atividade no concelho, o Município de Cuba tem vindo, dentro das suas possibilidades, a ceder imóveis ou suas frações para que as mesmas aí instalem as suas sedes, através da celebração de contratos de comodato (que é o contrato gratuito pelo qual uma das partes entrega à outra certa coisa, móvel ou imóvel, para que se sirva dela, com a obrigação de a restituir – vide artº. 1129º do Código Civil).

Competindo à Câmara Municipal, nos termos da competência prevista na alínea ee) do nº 1 do artº. 33º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 (...) *Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*”, propõe-se que V. Ex.^a, Sr. Presidente, no uso da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do artº. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua

redação atual, submeta o presente assunto para que o órgão executivo possa deliberar sobre o seguinte:

- 1) Decidir sobre a atribuição de instalações ao Clube de Desporto, Caça e Pesca de Cuba, conforme requerido por esta entidade;
- 2) Caso o órgão executivo determine deferir a pretensão dos requerentes, determinar que os serviços competentes analisem a disponibilidade de instalações que possam dar resposta ao requerido, propondo-se em caso afirmativo, a celebração de contrato de comodato com o Clube de Desporto, Caça e Pesca de Cuba.

A Câmara, por unanimidade, deliberou ceder um espaço de acordo com a disponibilidade existente, devendo diligenciar-se para que os serviços apresentem planta com as possibilidades existentes bem como a minuta do contrato de comodato a outorgar entre as partes. -----

20. PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO E DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS POR PARTE DO SPORTING CLUBE DE CUBA. ----

Foi presente à Câmara a Informação da Dr.^a Célia Escrevente, cujo teor se transcreve: Através de correspondência eletrónica vem a Direção do Sporting Clube de Cuba, nomeadamente, a equipa técnica do escalão de Benjamins, informar que irá realizar, no dia 15 de junho do corrente, o 2.º Torneio Dr. Augusto Amado Aguilár. O Torneio decorrerá durante todo o dia e nele participarão oito equipas, o que se prevê totalizará cerca de 125 participantes, entre atletas e staff.

Nesta conformidade, solicita a Direção do Clube autorização para a utilização dos Balneários da Piscina Municipal para 4 das 8 equipas participantes, bem como a isenção do pagamento do acesso às Piscinas Municipais Descobertas para os atletas e equipas técnicas acompanhantes. Solicitados esclarecimentos junto desta Associação, a mesma informou que se tratará previsivelmente de 105 crianças com idades aproximadas entre os 9 e os 10 anos, acompanhadas por, no máximo, 20 adultos (em média duas a três pessoas por equipa), integrantes das diversas equipas técnicas. Informou ainda que, considerando o cronograma dos jogos, não utilizarão as Piscinas em simultâneo mais do

que duas equipas, tendo os diversos acessos um tempo limitado, que ocupará apenas os intervalos entre jogos.

Competindo à Câmara Municipal, nos termos da competência prevista na alínea ee) do nº 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 (...) *Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*, em conjugação com o previsto no Art.º 7.º alínea c) do Regulamento das Piscinas Municipais, em vigor nesta autarquia, onde se define que poderão ser isentos do pagamento das taxas pela utilização deste equipamento c) *Os jovens, a solicitação de estabelecimentos de ensino, associações de carácter social e associações desportivas, devidamente legalizadas, desde que a natureza desse pedido possa justificar a isenção e não tenha carácter de continuidade* propõe-se que V. Ex.ª, Sr. Presidente, no uso da competência vertida na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual, submeta o presente assunto para que o órgão executivo possa deliberar sobre o seguinte:

- 1) Decidir sobre a autorização de utilização dos Balneários da Piscina Municipal a quatro das equipas participantes no 2.º Torneio Dr. Augusto Amado Aguilar, organizado pelo Sporting Clube de Cuba;
- 2) Decidir sobre o pedido de isenção do pagamento relativo à utilização das Piscinas Municipais Descobertas, no próximo dia 15 de junho, por parte das previsivelmente 105 crianças e 20 adultos que participarão no referido Torneio.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

- a) Autorizar a utilização dos Balneários da Piscina Municipal a quatro das equipas participantes no 2.º Torneio Dr. Augusto Amado Aguilar, organizado pelo Sporting Clube de Cuba;
- b) Isentar do pagamento relativo à utilização das Piscinas Municipais Descobertas, no próximo dia 15 de junho, por parte das previsivelmente 105 crianças/atletas, devendo os 20 adultos/pais/staf técnico, que participarão no referido Torneio pagar as entradas em caso de utilização.

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:
“Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”. -----



Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 11,30 horas. -----

E eu, José Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

